

Moçambique

## Relatório **Abrigos Colectivos:**

# EXPERIÊNCIAS PASSADAS **REFERIDAS A ABRIGOS COLECTIVOS** EM MOÇAMBIQUE





Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões emitidas neste documento não devem ser consideradas, de nenhuma forma para reflectir a opinião da Comissão Europeia.

## Ficha Técnica

Título: **Experiências Passadas Referidas a Abrigos Colectivos em Moçambique**

Autor: **Javier Cidón Martínez e Virginia Arranz Navaza**

Layout e impressão: **Publifix, Lda.**

A imagem da capa está baseada numa serigrafia desenhada pelo artista moçambicano Malangatana para Cruz Vermelha de Moçambique, dentro da iniciativa destinada a apoiar as vítimas das cheias do ano 2000.

**Cruz Vermelha de Moçambique**

Av. Agostinho Neto 284, Maputo

Tel: +258 21 49 77 21 / 49 81 39 - Fax: +258 21 49 77 25

E-mail: [cvm@redcross.org.mz](mailto:cvm@redcross.org.mz)

Website: [www.redcross.org.mz](http://www.redcross.org.mz)

Novembro 2013 – Maputo - Moçambique

# ÍNDICE

---

<b>Introdução</b>	5
<b>1. Contexto do país</b>	6
Informação Geral sobre Moçambique	6
Perigos de origem natural	7
Vulnerabilidade	10
Exposição aos perigos	16
Capacidade institucional	17
Impactos	20
<b>2. Preparação do abrigo</b>	23
Evacuação e resgate	23
Estado das infraestruturas existentes	24
Gestão dos abrigos	28
Simulações	30
Planos de contingência	33
<b>3. Utilização do abrigo</b>	34
Desastres de origem natural dos últimos anos	34
2012 - Dando (Gaza) e Funso (Zambézia)	34
2013 - Cheias (Maputo, Gaza, Zambézia)	37
As infraestruturas utilizadas como abrigo	41
Rotas de evacuação	41
Acesso das autoridades locais	44
Tipologia dos edifícios	44
Superfície coberta	48
Tipo de estrutura e materiais	50
Instalações disponíveis	52
Espaço exterior	56
Gestão do abrigo	57
Equipa de gestão	57
Monitoria	57

Atividades diárias da população no abrigo .....	59
Assistência .....	60
<i>Distribuição de bens alimentares</i> .....	60
<i>Distribuição de BNA</i> .....	61
<i>Saúde</i> .....	62
Sensibilização sobre Higiene e Prevenção HIV/SIDA .....	63
<i>Educação</i> .....	64
Proteção .....	64
<b>4. Encerramento do abrigo</b> .....	66
Saída das pessoas .....	66
Reparação da infraestrutura .....	67
<b>5. Conclusões</b> .....	69
<b>6. Anexos</b> .....	73
Glossário de termos.....	73
Glossário de acrónimos .....	76
Lista de instituições e pessoas entrevistadas.....	77

# INTRODUÇÃO

---

O seguinte relatório faz parte duma serie de estudos encomendados pela Cruz Vermelha sobre diferentes soluções de abrigo de emergência utilizados no contexto de Moçambique nos últimos anos, nomeadamente **Famílias Hospedeiras, Kits de Abrigo e Abrigos Coletivos**.

Para o presente relatório sobre abrigos coletivos, primeiramente se fez um trabalho de campo (Junho 2013) na província de Zambézia, especialmente nos distritos de Maganja da Costa, Namacurra, Nicoadala e Quelimane, afetados por ciclones e cheias nos últimos anos (2012 e 2013). Se fizeram entrevistas semi-estruturadas com atores chave do governo da província e distritos, com parceiros de cooperação (organizações internacionais e nacionais), com funcionários das infraestruturas utilizadas, e com as próprias comunidades afetadas.

Com a informação compilada, se fez o presente relatório, que não pretende ser unicamente um estudo historiográfico, quantitativo e frio; mas que tenta oferecer uma visão geral do ambiente que existe ao redor dum abrigo coletivo que poderia estar localizado em qualquer local da província de Zambézia ou até de todo o país, por tanto oferecendo muita informação qualitativa e gráfica tomada de diferentes localidades da província e do país, que ajuda a perceber as sensações numa situação critica de emergência até para as pessoas que talvez nunca estiveram lá perto.

O trabalho conseguiu por tanto extrair muitas experiências interessantes implementadas por diferentes instituições e que podem servir como boas praticas para serem replicadas em outras situações similares, e também outras que talvez podem ser melhoradas; por tanto trazer de todas elas lições aprendidas que vão servir como ponto de partida para o desenvolvimento dum manual sobre gestão de abrigos coletivos adaptados ao contexto de Moçambique.

Os consultores gostaríamos de mostrar o nosso profundo agradecimento a todas as pessoas envolvidas no processo de entrevistas e encontros pelo seu tempo dedicado a nós. Agradecimentos especiais também para os técnicos e voluntários da Cruz Vermelha de Moçambique que nos facilitaram e acompanharam a todas as visitas e encontros durante o tempo do trabalho de campo; e também à Cruz Vermelha Espanhola, por termos dado a possibilidade de fazer este trabalho que nos tem sido resultado tão interessante profissionalmente.



*Grupos focais de discussão (Junho 2013) com homens e mulheres de Furquia (Namacurra)*

## 1. CONTEXTO DO PAÍS

### Informação Geral sobre Moçambique

**Geografia:** Moçambique está localizada na costa sudeste de África. O país tem uma fronteira de 4.330 km e uma linha costeira de 2.470 km. A área é de 799.380 km<sup>2</sup>, incluindo 13.000 km<sup>2</sup> de água no interior do país. Há 5 rios principais e muitos pequenos mais, o maior é o Zambeze. Tem fronteira com Suazilândia no Sul, Sul África no sudoeste, Zimbabwe no oeste, Zâmbia e Malawi no noroeste, Tanzânia no norte e o oceano Índico no este.

**Clima:** tem um clima tropical com 2 estações. Em geral, um período chuvoso que vai desde Outubro até Março e um período de seca desde Abril até Setembro. As condições climáticas, contudo, variam dependendo da altitude. As chuvas são fortes na costa e diminuem no norte e no sul. Os ciclones também são comuns durante a época chuvosa.

**População:** a população total estimada é de 22.894.000 no (2009), proporção por sexo (H/M) 0,98. O censo das cidades mais povoadas (censo do 2007): Maputo 1.178.116, Matola 671.556, Beira 431.583, Nampula 388.526.

**Breve história:** depois de 5 séculos como colónia Portuguesa, o país conseguiu a independência no 1975; nesse ano Moçambique foi um dos países mais pobres do mundo. A emigração a la grande escala, a dependência económica de Sul África, uma seca severa, e uma guerra civil prolongada obstaculizaram o desenvolvimento do país até a metade de 1990. O acordo de paz terminou com o conflito em 1992. A estabilidade política desde as primeiras eleições multi-partidistas em 1994, levou a melhores ratios de crescimento do país.

**Política:** o cenário político do país é dominado por dois principais partidos, a FRELIMO e a RENAMO (ambos eram inimigos durante a guerra civil), embora este último nunca chegou ainda ao gabinete presidencial. FRELIMO abandonou formalmente o marxismo em 1989. O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) é o terceiro partido político no país, foi criado a partir de uma cisão da RENAMO, atualmente MDM tem oito deputados na Assembleia

Nacional, constituída parlamentar em abril de 2010, e está governando os municípios de Beira e Quelimane.

**Economia:** o Banco Mundial classifica Moçambique como um país de baixa renda. Moçambique apresenta um quadro paradoxal de uma economia estável e em crescimento, com uma média de crescimento económico de 8% ao longo dos últimos anos e, possivelmente, de 7,5% nos próximos anos, e um país lutando com extrema pobreza, altos níveis de exploração infantil, e baixos níveis de escolaridade, a alta prevalência de HIV e SIDA, e sistemas de meios de vida frágeis.

## Perigos de origem natural

Moçambique é extremamente vulnerável aos desastres. É o país mais afetado por desastres na Região Sul-africana, e o terceiro do mundo mais vulnerável aos impactos relacionados com o clima, ou seja, inundações, ciclones e secas, que estão sendo mais frequentes devido às mudanças climáticas. O cólera também torna-se uma crise em crescimento.

### 1) Cheias



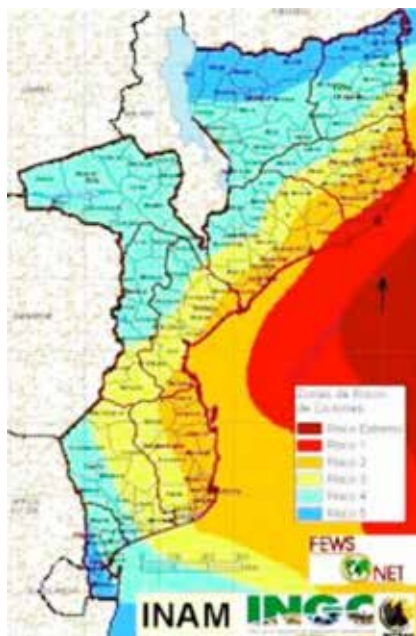
As inundações são um fenómeno regular, que ocorre geralmente a cada ano, no período de janeiro a abril (período chuvoso). Durante as últimas três décadas, as quatro grandes inundações ocorreram, afetando entre 200 e 900 mil pessoas cada uma, em termos de evacuação e perda das colheitas. A pior enchente na memória viva no país ocorreu em 2000-2001 (com mais de 1 milhão de pessoas afetadas, com inundações ao redor dos grandes rios do país, em particular no Zambeze e Limpopo).

Limpopo e Zambeze são consideradas as áreas mais críticas, devido à alta frequência de inundações. Contudo, o risco é considerado alto também em outras áreas.

O efeito das enchentes não são só os danos em casas e deslocamento da população que vive perto do rio, mas também a perda de colheitas, com consequente escassez de alimentos, (enquanto a população depois de alguns meses volta às suas aldeias ou vão para centros de reassentamento), os efeitos sobre os seus meios de vida tiveram um forte impacto por um longo período após as cheias.



## 2) Ciclones



Os ciclones ocorrem de janeiro a abril (a mesma estação chuvosa que as inundações), pelo menos uma ou duas vezes por ano. As áreas mais propensas a ciclones são o Litoral Norte e pode afetar uma grande parte da área costeira.

As zonas de maior risco são os distritos costeiros da província de Nampula, Zambézia e na parte norte da província de Inhambane.

Os ciclones podem afetar significativamente as culturas, infraestruturas e habitação. As atividades de redução de risco de desastres, tais como sistemas de alerta precoce e de promoção de abrigos resistentes a ciclones estão em curso, mas precisam ser melhoradas.

## 3) Secas



Secas recorrentes ocorrem no sul (Gaza, Inhambane) e centro (Sofala e Tete), mas em várias outras regiões áridas afeta as atividades agrícolas, muitas vezes produzindo escassez de alimentos.

A seca em Moçambique geralmente não é uma crise dramática e de curto prazo, com alto risco imediato para a vida humana, mas é recorrente e, portanto, é o desastre natural com maior impacto sobre as condições de vida (em termos de segurança alimentar) de um grande número de pessoas em Moçambique.

As mais severas ocorreram em Inhambane e Gaza em 1984/85, 1991/92 e 1994/95.

Secas requerem medidas preventivas para estabelecer mecanismos de mitigação para conseguir meios de subsistência mais resilientes.





**A matriz a seguir resume a probabilidade e os danos potenciais em territórios mais propensos à desastres:**

		Danos Potenciais		
		Alto (3)	Medio (2)	Baixo (1)
Probabilidade	Alto (3)	Cheias em Limpopo Cheias em Zambeze Seca Tambara+Mutarara Seca no Sul de Moçambique Ciclones em Zambézia e Sofala	Cheias em Save Cheias em Licungo Cólera no Norte da Região (e Zambézia)	
	Medio (2)		Ciclones em Nampula e Cabo Delgado Chuveiros em Maputo	
	Baixo (1)	Tsunami ao longo da costa		Terremoto em Niassa Terremoto em Manica

## Vulnerabilidade

### Pobreza

Moçambique atualmente está no 185 de 186 países dentro do Índice de Desenvolvimento Humano (relatório IDH 2013).

Os níveis da pobreza nacional são 54,1%, com uma grande variação provincial. Mais de 10 milhões de pessoas no país vivem na pobreza absoluta, além disso também há focos de extrema pobreza em áreas urbanas.

As manifestações destes altos níveis de pobreza e baixo desenvolvimento pode ser vistas nas condições de saúde (a expectativa de vida ao nascer é de 48,4 anos, a despesa corrente em saúde é de 3,5% do PIB, a mortalidade infantil é de 130 por mil nascidos vivos), de altos níveis de desnutrição crónica (37% da população total e 44% das crianças menores de cinco anos), o acesso à água potável (apenas 43% dos domicílios) um nível extremamente baixo de saneamento adequado (19% dos lares).

### Género

*As emergências afetam aos homens, mulheres, meninos e meninas de forma diferente, e cada grupo têm diferentes capacidades e modos de fazer face aos impactos. As emergências podem mesmo até alterar os papéis de género. Os homens podem perder seu status dominante como chefes de família, e as mulheres podem assumir novos papéis e responsabilidades.*

Em 2012, Moçambique recebeu uma pontuação de 0,58 no Índice de Desigualdade de Género do PNUD, colocando o país no lugar 125 de 146 países com dados disponíveis. Em 2011, o Fórum Económico Mundial classificou Moçambique no lugar 26 dos 135 países em seu Relatório Global Gender Gap 2011, com uma pontuação de 0,7251, onde 0 representa a desigualdade e 1 representa a igualdade.

Embora a Constituição e a legislação recente protegem as mulheres contra a discriminação e garantem uma ampla gama de direitos, na prática a maioria das mulheres são impedidas de exercer seus direitos e não tem acesso à justiça nem a os recursos.

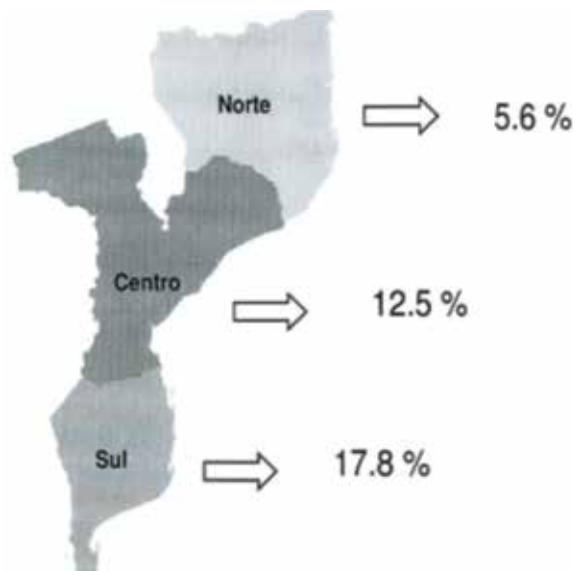
Direito à terra e à propriedade: homens e mulheres têm direitos iguais de uso da terra, mesmo que o Estado mantém a propriedade da terra, mas a lei também reconhece os sistemas consuetudinários de posse da terra em que parentes masculinos regulam o acesso das mulheres à terra. As mulheres casadas têm o direito de registo de propriedade em conjunto com os seus maridos. Por lei, as mulheres solteiras, divorciadas e viúvas têm os mesmos direitos que os homens em relação ao acesso à propriedade e terra. No entanto, esses direitos não são apreciados pelas mulheres na prática, devido à falta de conhecimento dos seus direitos e porque as práticas administrativas ainda não estão alinhadas com a lei.

O acesso ao crédito: Não existem restrições legais ao acesso das mulheres ao crédito em Moçambique. No entanto, em 2005 o governo relata que as mulheres enfrentam dificuldades devido à falta de informação e por causa das garantias exigidas pelas instituições financeiras. Em 2007, o governo introduziu programas, incluindo linhas de crédito para as mulheres e treinamento em negócios e administração. No Relatório de 2009 das Mulheres Africanas, Moçambique o desempenho foi muito bom no acesso das mulheres ao crédito, marcando 1,10 onde 1,00 representa o acesso dos homens ao crédito.

As mulheres e meninas têm acesso insuficiente à serviços básicos de saúde sexual e reprodutiva (SSR) que são adequadas à idade e as mulheres. Religião e cultura na maioria das vezes teve um efeito adverso sobre a promoção dos direitos de SSR e a violência contra as mulheres contribuem para o problema. Apesar de uma série de acordos globais e regionais, tem sido feito um progresso insuficiente sobre a mortalidade materna e os objetivos da SSR.

Violência baseada no género (VBG) está generalizado e em particular entre as mulheres da zona rural que tem falta de igualdade de oportunidades para o desenvolvimento, devido à que sua posição social e cultural é mais fraca na sociedade. VBG também pode aumentar em caso de catástrofes naturais, embora muito poucos casos são geralmente relatados. O aumento pode ser devido à quebra de normas e valores sociais, e separação de crianças e mulheres de suas famílias ou comunidades, entre outros factores. As consequências de VBG pode incluir gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, HIV, trauma psicológico, e estigma social e rejeição. As mulheres mais jovens e meninas são particularmente vulneráveis à VBG durante desastres naturais. VBG não está limitado a mulheres e pode ter como alvo homens jovens.

## HIV e SIDA



*Durante uma emergência, o risco de transmissão do HIV ou a incidência de doenças aumenta por diferentes razões: maior rede sexual (por causa da fragmentação das famílias, mais violência sexual sobre mulheres, sexo transacional para ter acesso aos recursos, o aumento da prostituição e migração), reduzido acesso aos cuidados de saúde, dificultaram as atividades de prevenção do HIV e os suprimentos (tais como preservativos e medicamentos STI).*

A prevalência em Moçambique é agora de 11,5% entre as pessoas com idades entre 15 e 49 anos (Ministério da Saúde, 2010) 13,1% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos testado HIV-positivo, em oposição a 9,2% dos homens. As taxas de infeção são maiores entre as pessoas mais instruídas, e entre as pessoas mais ricas. A prevalência urbana é de 15,9% (18,4% para as mulheres e 12,8% para os homens) em relação a prevalência rural de 9,2% (10,7% para as mulheres, 7,2% para os homens). O HIV / SIDA é pior no Sul do país e no corredor da Beira. Na província de Gaza, 30% das mulheres com idades entre os 15 e os 49 testados HIV-positivo (mas apenas 17% dos homens), o que reflete a longa história de Gaza como um grupo de trabalhadores migrantes para as minas sul-Africanas.

## Abrigo

Existem duas situações bem diferenciadas para avaliar a vulnerabilidade no âmbito de abrigo: os contextos urbano e rural. No contexto urbano, as casas e prédios localizadas nos centros das cidades são feitas geralmente de materiais convencionais, com estrutura de betão, que geralmente não ficam afetadas pelos eventos climáticos. Nas zonas periurbanas, sem sistemas de drenagem, mesmo se as casas são feitas de materiais convencionais ou locais, ficam afetadas por causa da água de chuva estagnada. Salientar que as pessoas mais pobres geralmente colocam as suas casas nas zonas mais vulneráveis.



*Estrada inundada num bairro de cimento em Quelimane*



*Casas inundadas numa zona inundável em Xai-Xai*



No contexto rural, as casas são geralmente construídas com materiais locais. As técnicas de construção são infelizmente pouco desenvolvidas, por tanto as casas geralmente são pouco resistentes. Além disso, há muitas comunidades vivendo perto dos rios porque as terras são férteis, mas as terras ocupadas podem ficar inundadas e também as suas casas, e a área toda ficar isolada.



*Comunidade inundada em zona rural*

A política do governo de realojar as populações em bairros de reassentamento localizados em zonas seguras não está a ter muito sucesso porque essas áreas ficam muito longe dos meios de vida da população e ainda não tem serviços básicos de água, educação e saúde, para além que o próprio processo de construção de casas esta a divagar. É muito interessante o que realmente está a acontecer: as populações que receberam talhão nos novos bairros, acostumam a ter duas casas, uma nos bairros de reassentamento, e outra nas zonas de risco junto as suas machambas.

## Água e Saneamento

O abastecimento de água e saneamento em Moçambique é caracterizado por baixos níveis de acesso a uma fonte de água melhorada (estimado em 51% em 2011), baixos níveis de acesso a saneamento adequado (estimado em 25% em 2011) e, principalmente, pobre qualidade do serviço.

Em 2007, o governo definiu uma estratégia de abastecimento de água e saneamento em áreas rurais. Nas áreas urbanas, a água é fornecida por prestadores formais e informais de pequeno porte.

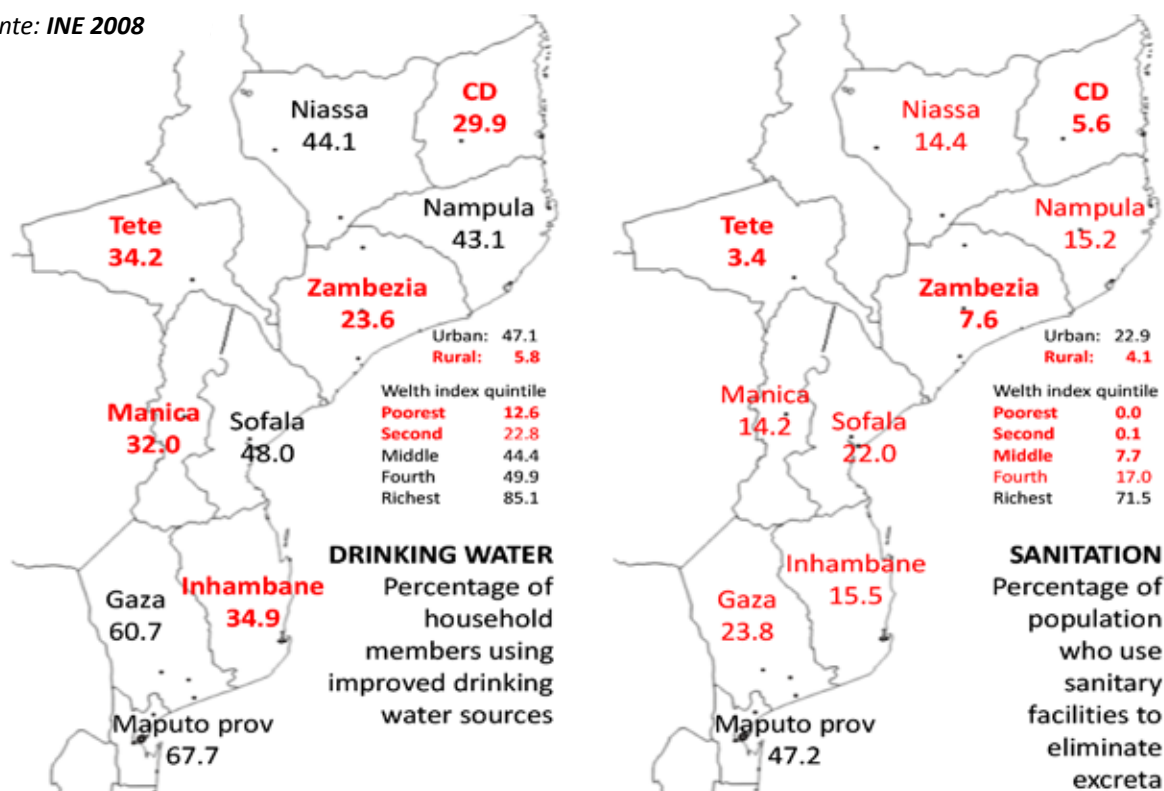
Em 1998, Moçambique reformou a parte formal do sector de abastecimento urbano de água através da criação de uma agência reguladora independente chamada CRA, uma empresa em holding chamada FIPAG e uma parceria público-privada (PPP) com uma empresa chamada “Águas de Moçambique”. Apesar de abastecimento urbano de água tem recebido considerável atenção política, o governo não tem uma estratégia para o saneamento urbano ainda. Doadores externos financiam cerca de 85% de todos os investimentos públicos no sector.

O acesso limitado á fontes de água protegidas e limpas é um problema comum em todo o país, apenas cerca de 47% da população moçambicana tem acesso a uma fonte melhorada de água, e apenas 17% tem acesso a saneamento adequado. As consequências sobre as condições de vida são múltiplas, que vão desde problemas de saúde até diminuir a produtividade devido ao tempo necessário para buscar água, no entanto, há duas situações específicas em que a vulnerabilidade água cruza com outras vulnerabilidades de desastres relacionados: distritos semiáridos e áreas de reassentamento.

Os números sobre o acesso são controversos. Por exemplo, o Programa de Monitorização Conjunta da OMS/ UNICEF para Abastecimento de Água e Saneamento estima que o acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água em 77% em áreas urbanas e 29% nas áreas rurais segundo o ano 2010.

Os mapas a seguir apresentam dados relacionados com o acesso à água potável e saneamento por província, em ambas áreas rurais e urbanas (INE 2008)

Fonte: INE 2008





## Exposição



De acordo com o “Relatório de Avaliação Global das Nações Unidas de 2011 sobre Redução de Riscos de Desastres: Risco revelador, redefinindo o Desenvolvimento”, existem dois principais motores para o aumento das perdas de desastres devido à exposição. Em primeiro lugar, há um movimento neto de pessoas e atividades económicas para áreas sujeitas a inundações e ciclones tropicais. Nos últimos 40 anos, a população mundial aumentou em 87%. Em contraste, a proporção da população que vive em bacias hidrográficas sujeitas a inundações aumentou 114% e o de pessoas localizadas no litoral que estão expostas a ciclones em quase 200%. A maior parte desse aumento tem ocorrido em países de baixa e média-baixa renda.

A tabela a seguir apresenta o número de população por província em diferentes anos:

Província	Capital	A-L (km²)	Cfa 1980	Cfa 1997	Cf 2007-09
Cabo Delgado	Pemba	82,625	940,000	1,380,202	1,606,568
Gaza	Xai-Xai	75,709	990,900	1,116,903	1,228,514
Inhambane	Inhambane	68,615	997,600	1,157,182	1,271,818
Manica	Chimoio	61,661	641,200	1,039,463	1,412,248
Maputo	Maputo	26,058	491,800	830,908	1,205,709
Maputo	Cidade Maputo	300	755,300	987,943	1,094,628
Nampula	Nampula	81,606	2,402,700	3,063,456	3,985,613
Niassa	Lichinga	129,056	514,100	808,572	1,170,783
Sofala	Beira	68,018	1,065,200	1,368,671	1,642,920
Tete	Tete	100,724	831,000	1,226,008	1,783,967
Zambézia	Quelimane	105,008	2,500,200	3,096,400	3,849,455
Mozambique	Maputo	799,380	12,130,000	16,075,708	20,252,223

Analisando a tabela, podemos ver que a população em todas as províncias está experimentando um rápido crescimento. As províncias mais populosas estão ao longo da costa: Nampula, Zambézia e Maputo (incluindo província e a cidade como um todo).

A tabela a seguir mostra o número de população nas principais cidades:

Class.	Cidade	Localização	População	Província
1	<u>Maputo</u>	Costeira	1,766,184	<u>Maputo</u>
2	<u>Matola</u>	Interior	675,422	<u>Maputo</u>
3	<u>Beira</u>	Costa e rio	546,000	<u>Sofala</u>
4	<u>Nampula</u>	Interna	477,900	<u>Nampula</u>
5	<u>Chimoio</u>	Interna	238,976	<u>Manica</u>
6	<u>Nacala</u>	Costeira	207,894	<u>Nampula</u>
7	<u>Quelimane</u>	Rio	192,876	<u>Zambezia</u>
8	<u>Tete</u>	Rio	155,909	<u>Tete</u>
9	<u>Lichinga</u>	Interna	142,253	<u>Niassa</u>
10	<u>Pemba</u>	Costeira	141,316	<u>Cabo Delgado</u>
11	<u>Gurúè</u>	Interna	116,922	<u>Zambezia</u>
12	<u>Xai-Xai</u>	Rio e costeira	116,343	<u>Gaza</u>
13	<u>Maxixe</u>	Costeira	105,895	<u>Inhambane</u>
14	<u>Cuamba</u>	Interna	95,084	<u>Niassa</u>
...	<u>Inhambane</u>	Costeira	73 903	Inhambane

As cidades mais povoadas localizadas em zonas propensas à desastres (perto do mar e/ou dum rio principal) são Maputo, Beira, Quelimane, Tete e Xai-Xai.

### Capacidade\*

O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) é o órgão do governo responsável pela coordenação das atividades de resposta de emergência a ser dirigido pelos diferentes ministérios e direções.

A tabela a seguir mostra os organismos de coordenação de emergência do governo:

Organismos Governamentais	Papel principal e Responsabilidades
Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão do Gabinete do Primeiro-Ministro de Moçambique e é o mais alto órgão de coordenação para a gestão de risco de desastres no país.</li> <li>O seu principal objetivo é assegurar a coordenação multi-sectorial para a prevenção de desastres, assistência às vítimas e reabilitação de infraestruturas danificadas e reassentamento.</li> </ul>
Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corpo técnico que assessoria o CCGC.</li> <li>Coordenado pelo INGC, composto por técnicos dos serviços competentes dos diferentes Ministérios representados no CCGC.</li> </ul>

*\*Note-se que este capítulo só está focado na capacidade institucional, e não na capacidade de resiliência da comunidade.*

Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituição pública dotada de autonomia jurídica e administrativa.</li> <li>• Seu objetivo é orientar e coordenar a gestão de desastres a nível nacional e suas competências gerais estão relacionados à prevenção, resposta de emergência e recuperação / reabilitação.</li> <li>• O Instituto está subordinado ao Ministério da Administração do Estado, que nomeia um diretor e vice-diretor.</li> <li>• Possui delegações em cada província,</li> <li>• Coordena a CTGC aos níveis central e provincial.</li> <li>• Existem agências em todas as províncias do país, e pontos focais nos distritos.</li> </ul>
--	---

A seguir estão os espaços de coordenação do governo em diferentes níveis:

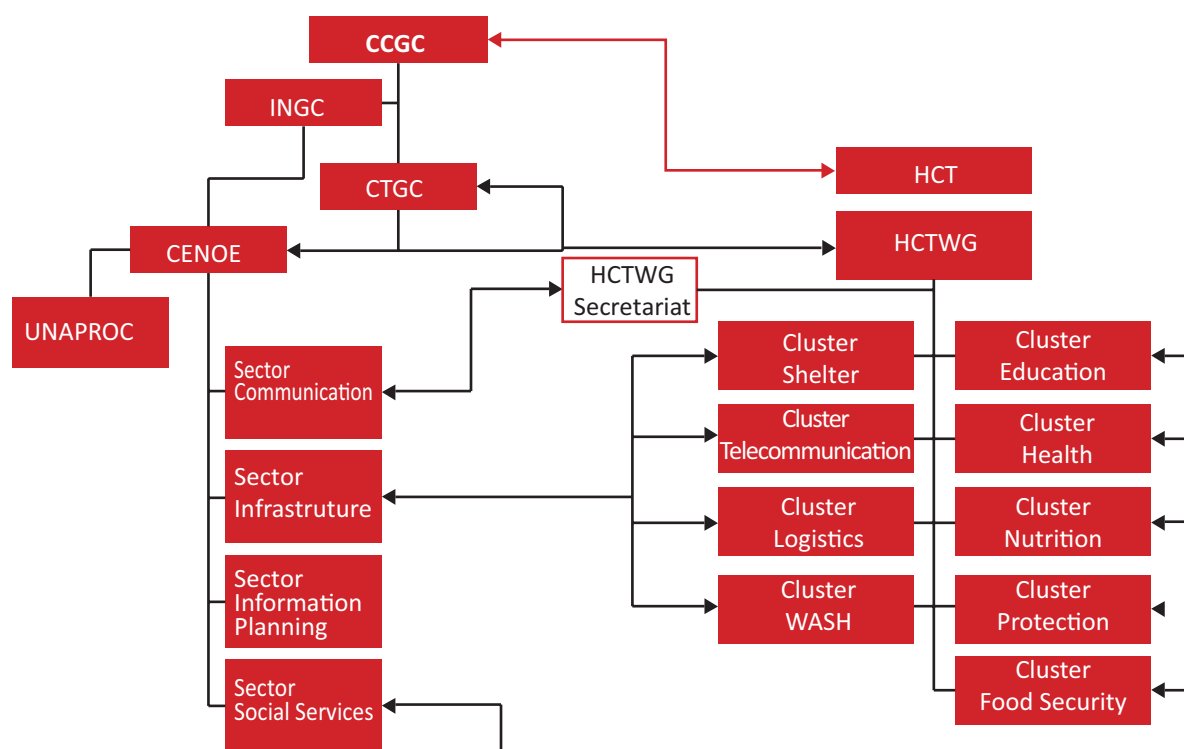
Centro Nacional de Operações de Emergência (CENOE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura de coordenação multi-institucional e multi-sectorial estabelecida pelo Governo de Moçambique para coordenar os esforços nacionais e internacionais para uma resposta rápida, eficiente e eficaz a qualquer desastre ou ameaça de desastres naturais.</li> <li>• Sob a liderança do INGC e seu Diretor.</li> <li>• A ativação total ou parcial do CENOE está baseada em um sistema de alerta “institucional”.</li> <li>• A Unidade Nacional de Proteção Civil (UNAPROC) é o órgão armado operacional do CENOE e é deslocado para operações de busca e salvamento.</li> <li>• Os CENOE são localizados na cidade de Maputo, Vilanculos (Região Sul), Caia (Região Central) e Nacala (Região Norte)</li> </ul>
COE Provincial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cada um é coordenado por um delegado provincial nomeado pelo Diretor do INGC.</li> <li>• O Governador Provincial pode também liderar o COE e a tomada de decisões.</li> <li>• Com representantes de todos os sectores governamentais competentes, de outras partes interessadas da sociedade civil (os líderes religiosos, ONGs, etc)</li> </ul>
COE Distrital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liderado pelo administrador do distrito, diferentes serviços distritais participam nele, juntamente com a sociedade civil,</li> </ul>

A Equipe Humanitária do País (HCT nas siglas em inglês) coordena os esforços da comunidade humanitária com o governo moçambicano através da abordagem de *clusters* (grupos temáticos). O Chefe de *cluster* ou co-líderes (geralmente uma agência da ONU e uma ONG parceira de *cluster*) foram designados para participar do INGC. Reuniões do Grupo de Trabalho - representando os outros parceiros do *cluster*, contribuindo a entradas de *cluster* para o processo de resposta e prontidão Nacional, e informação de regresso para os *clusters* os desenvolvimentos e decisões tomadas no que diz respeito à preparação e resposta a emergências dentro dos Grupos de Trabalho CENOE e o INGC mais amplamente.

Várias ONGs internacionais estão activas na preparação para emergências, resposta e / ou recuperação: Save the Children (EFSL, proteção, educação), Médicos Sem Fronteiras Bélgica / Suíça (saúde), Care (EFSL, abrigo), Relief International e Desenvolvimento (EFSL, wash, educação), Concern (educação, EFSL), Samatiran's Purse International Relief I (EFSL, WASH), World Vision International (todos os sectores).

Todas as organizações acima (além da Cruz Vermelha) participam do sistema de *cluster* da ONU e um mapeamento geográfico/de recursos completo é atualizado a cada outubro.

O seguinte é um diagrama que mostra os mecanismos de coordenação de emergência do governo e da ONU e ONGs, e seus links.



## Sociedade Civil

A Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) tem ramificações provinciais e distritais em todo o país. Trabalha nas áreas de Resgate, WASH, Saúde (primeiros socorros), abrigo e proteção.

Há também algumas ONGs nacionais com mandato humanitário, tais como CCM, Kulima e ISAAC. Há também algumas ONGs provinciais interessadas em trabalhar no RDD e resposta de emergência.

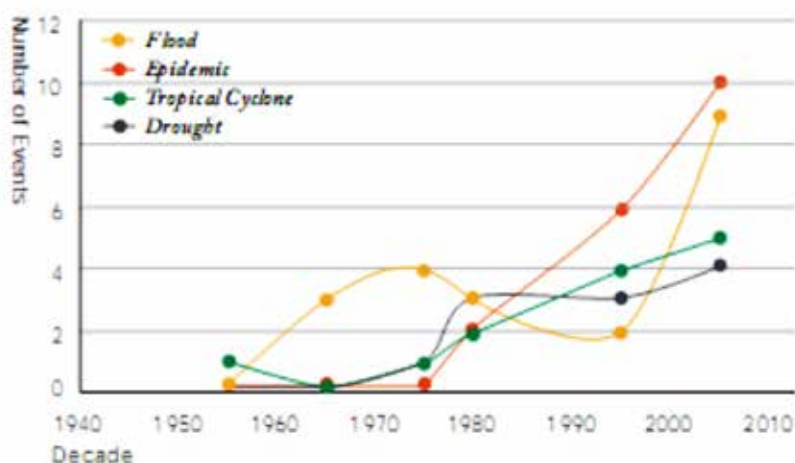
A nível distrital e de terreno, muitas comunidades têm comités locais de gestão de risco de desastres (CLGR). Seu principal objetivo é preparar as comunidades para estar melhor preparados para as emergências. A CVM tem voluntários a nível da comunidade, na maioria dos distritos do país.

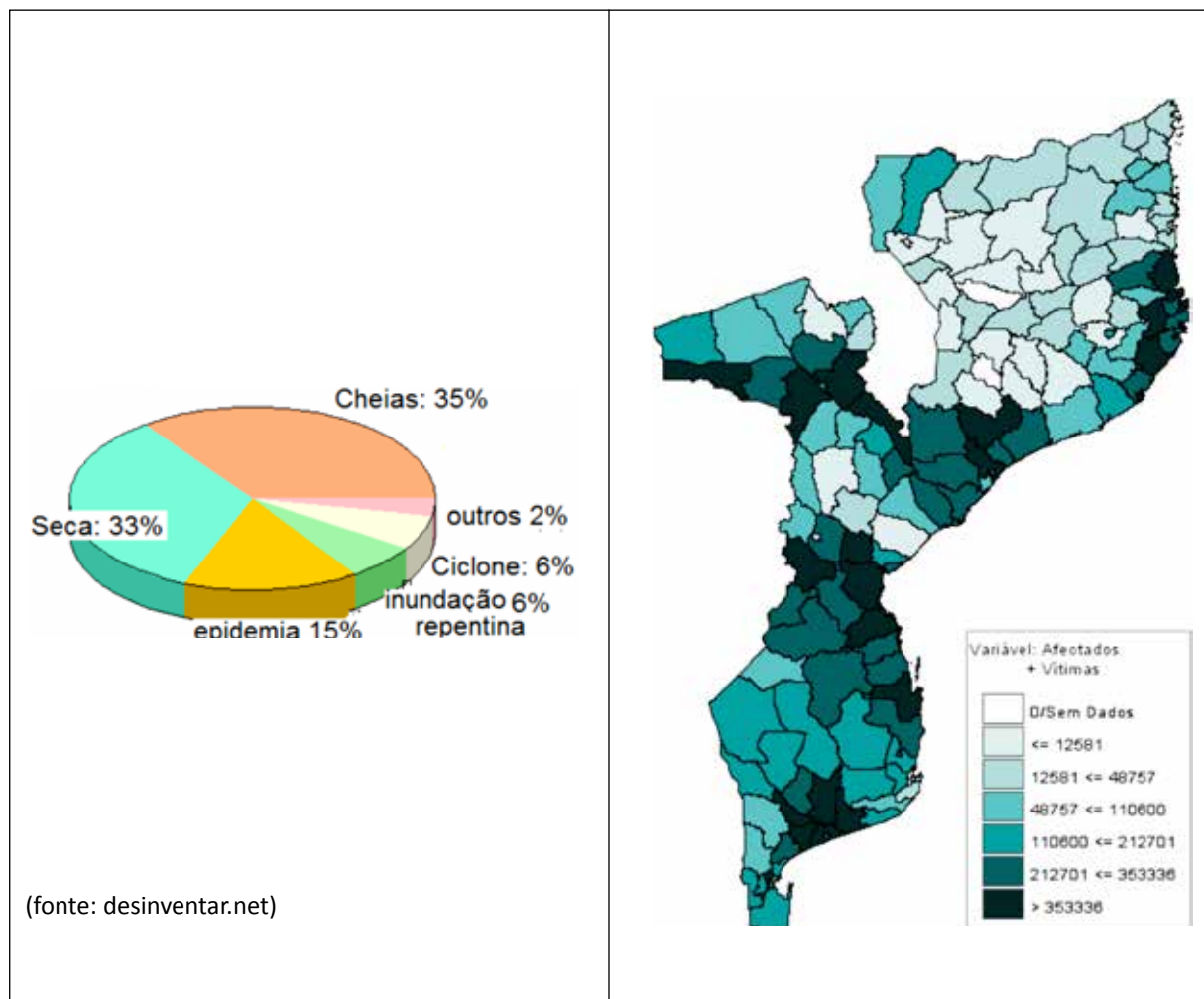
## Impactos

A tabela a seguir mostra as datas, localização e impacto dos maiores desastres desde as cheias do 2000:

Datas	Tipo de Desastre	Áreas Afetadas	Pessoas Afectadas
2000	Cheias + ciclone Eline	Bacias dos rios Limpopo, Pungue, Buzi, Save, Umbeluzi, Incomati.	4,500,000
2001	Cheias	Bacias dos rios Pungue, Zambeze, Chire e Licungo	549,326
2002	Seca	-	600,000
2004	Cólera	6 províncias	20,779
2005	Seca	-	1,500,000
2007	Seca	-	520,000
2007	Cheias	Bacia do rio Zambeze	285,000
2007	Ciclone Flavio	Costa de Inhambane	150,000
2007-2008	Cheias	Bacias dos rios Zambeze, Pungue, Buzi, Save	102,155
2008	Ciclone Jokwe	Ao longo da costa norte	201,000
2009	Cólera	9 províncias e Maputo Cidade	19,729
2010	Cheias	Bacia do rio Zambeze	7,523
2010-2011	Refugiados de Etiópia e Somália	Palma (Cabo Delgado) e Marratane (Nampula)	6,000
2011	Cheias	Bacia do rio Limpopo	20,039
2012	Ciclone Funso	Costa de Zambezia	119,000
2012-2013	Seca	Região Sul e Central	250,000
2013	Cheias	Bacia do Limpopo e província de Zambezia	240,000

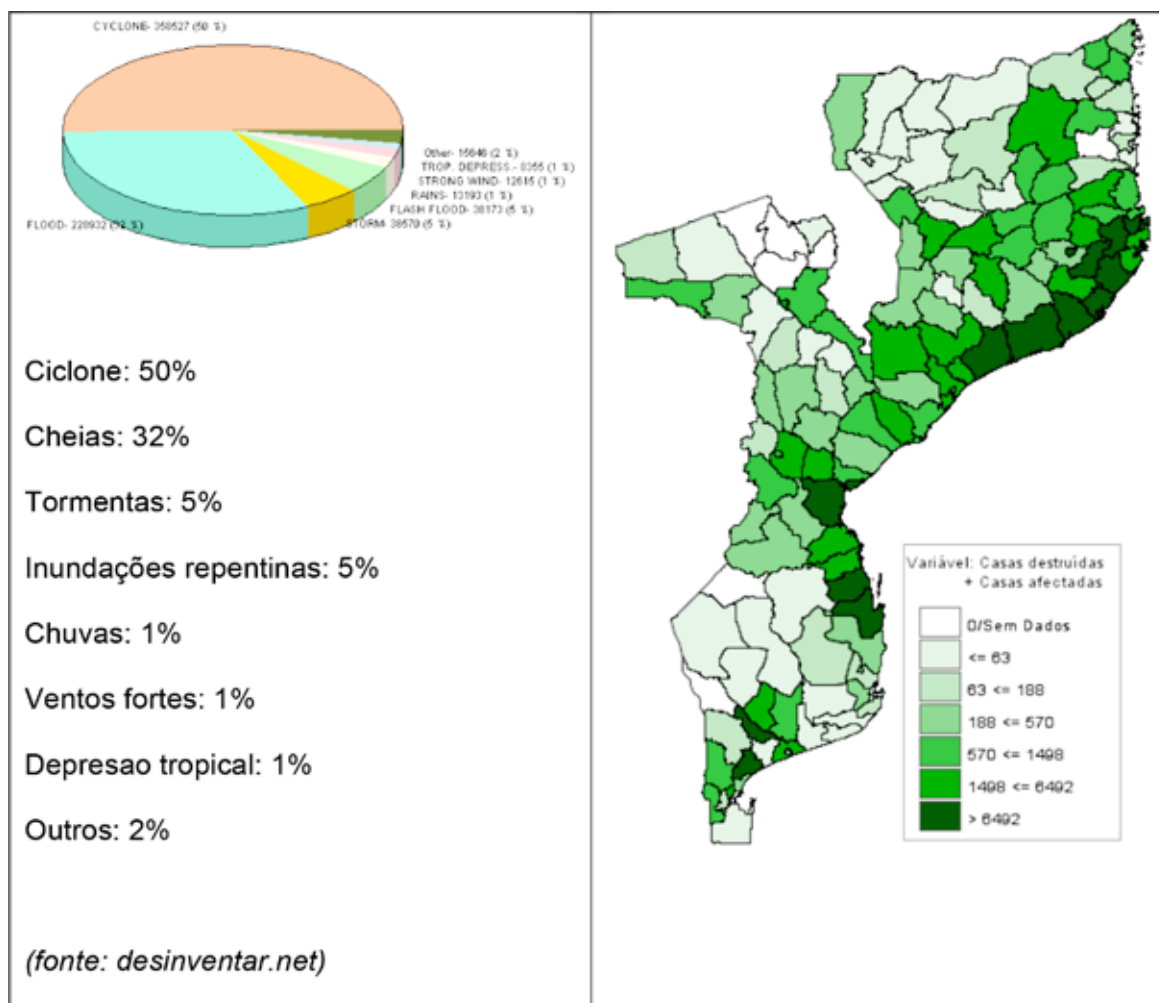
Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) confirmou que nos últimos anos tinha sido observada uma tendência de aumento da temperatura. Isso tem uma influência especial sobre os regimes climáticos e hidrológicos na escala global, portanto, a incidência de desastres naturais recorrentes, induzidas por factores climáticos, como inundações, ciclones e secas, está aumentando. O diagrama abaixo mostra a tendência de crescimento dos riscos naturais em Moçambique (1956-2008).





Os seguintes diagramas mostram a média entre o tipo de desastre e número de população afetada

Os diagramas a seguir mostram os impactos no abrigo, de acordo com o tipo de origem de desastres, e de acordo com o distrito.



### Como conclusão...

Os desastres naturais em Moçambique continuam a ser um obstáculo chave para o desenvolvimento sustentável e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): aumento da insegurança alimentar, surtos de doenças e danos nas infraestruturas resultam no deslocamento de grande número de pessoas e de expor-lhos ao risco de pobreza, doenças transmitidas pela água e desnutrição que transforma as crianças, doentes crónicos e idosos ainda mais vulneráveis do que eram antes de uma emergência.



## 2. PREPARAÇÃO DOS ABRIGOS

### 2.1. Evacuação e resgate

O INGC em parceria com organizações humanitárias, trabalham junto as comunidades localizadas em zonas de risco (a través dos CLGR), na identificação e definição de rotas de evacuação até zonas seguras.

Os Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGR) são grupos de pessoas voluntárias da mesma comunidade, que se dedica a desenvolver atividades de prevenção, mitigação e prontidão nas suas comunidades, envolvendo os líderes e as autoridades locais (distritais e comunitárias).

Dentro dos próprios CLGR existem membros especializados em evacuação da população, as quais guiam até as zonas identificadas como seguras.



*Membro do CLGR guiando á população até o abrigo seguro (SIMEX Buzi 2011)*



*Barca de resgate (exercício de simulação nacional em Chibuto, Novembro 2010)*

A UNAPROC (Unidade de proteção civil) tem dentro de seu mandato ajudar na evacuação da população que vive em zonas consideradas de risco antes da ocorrência do evento natural (evacuação voluntária ou incluso retirada compulsiva da população), e no caso de acontecer o evento resgatar as pessoas.

## 2.2. Estado das infraestruturas existentes

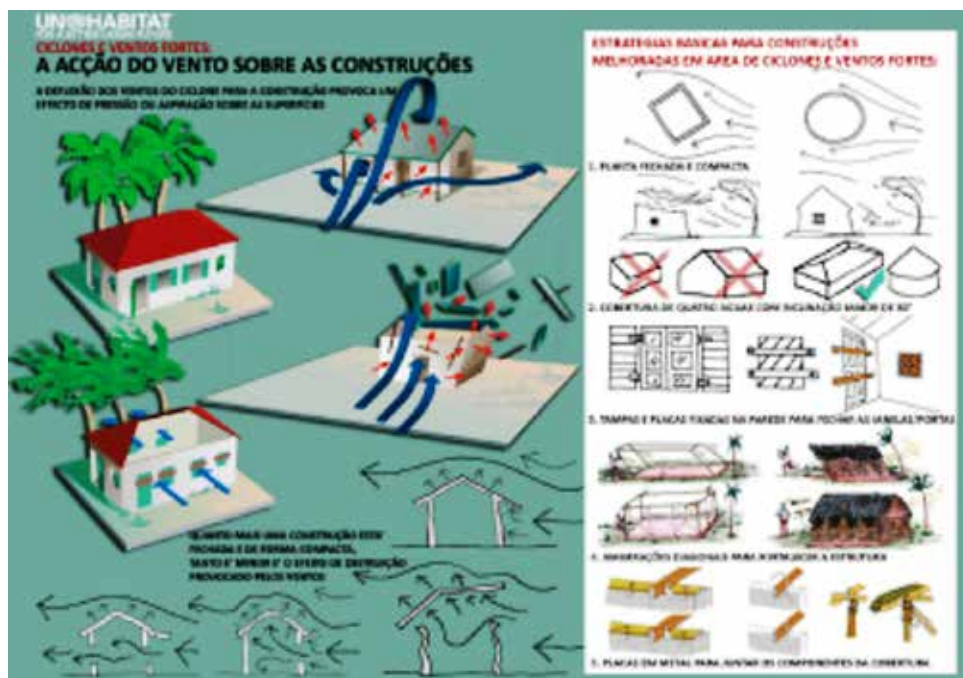
### A resistência dos edifícios

No caso da chegada dum ciclone, os ventos fortes podem chegar a arrancar as coberturas dos edifícios, especialmente dos prédios mais grandes, precisamente os que poderiam ser utilizados como abrigo.

E não faz falta que chegue um ciclone para arrancar as coberturas; todos os anos, dezenas de escolas perdem seus tetos em todo o país, devido a vendavais. Os motivos estão relacionados com o tamanho dos edifícios educativos e a geometria dos tetos (a dois águas com saliente), os materiais utilizados (chapa metálica e madeira) e a baixa qualidade construtiva de execução (estruturas fracas, conexões insuficientes entre elementos).

Esta questão é já uma preocupação para o INGC. No 2012, este assunto foi debatido a nível nacional nos encontros mensais do CENOE.

*Boa prática: Estudos e guiões sobre como construir resistente*



*Nos últimos anos a ONU-HABITAT tem desenvolvido uma série de estudos e manuais de divulgação sobre como construir casas e edifícios públicos resistentes a eventos naturais (cheias, ciclones, terremotos, secas...)*

## Refúgios para cheias e ciclones

Para além das infraestruturas existentes, existem no país algumas experiências de infraestruturas especialmente desenhadas para abrigar as pessoas em zonas de risco

## Boa prática: protótipos de refúgios multiuso



Nos últimos dez anos a UN-Habitat vem desenhando e construindo em várias províncias de Moçambique protótipos de edifícios que podem servir como refugio para ciclones e cheias em períodos de emergência e como escolas ou centros comunitários em tempos de calma.

## Instalações de água e saneamento

Infelizmente, muitas das infraestruturas públicas em zonas rurais (escolas, centros de saúde) não tem suficientes instalações de água e saneamento (de acordo com os padrões nacionais e internacionais) – ou existem mas estão avariadas.

*Por exemplo, na identificação de abrigos seguros que CVM fez em vários distritos da província de Zambézia, observou-se uma forte carência deste tipo de instalações, especialmente nas infraestruturas públicas localizadas perto de zonas inundáveis (consideradas de risco).*

*Veja relatório “Identificação de infraestruturas a serem utilizadas como abrigo em Maganja da Costa e Nicoadala”, CVM e CRE, Agosto 2013.*

No caso de que fora decidido utilizar essas infraestruturas como abrigo, e por tanto sendo maior o número de usuários e horas de uso diário das instalações, as instalações higiênico-sanitárias que ofereceriam esses edifícios seriam muito deficientes.

Existem experiências no país de reabilitação de instalações de água e saneamento em edifícios públicos identificados para serem utilizados como abrigo, usando por tanto os fundos RRD também para benefício da comunidade hospedeira em tempos de calma.

### **Boa prática: Reabilitação de instalações e criação de comités de água e saneamento em escolas identificadas para abrigo de emergência.**

O INGC e Educação (DPE) em parceria com a Oxfam selecionaram várias escolas em Quelimane e Nicoadala (Zambézia), para servir como áreas seguras em caso de futuras inundações.

Em cada uma das infraestruturas foram reparados ou instalados pontos de água (poços e sistemas de captação de água de chuva), reabilitadas as latrinas existentes e construídas novas de raiz até o número indicado nos padrões internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) para escolas em tempos normais.

Foram criados comités de água para cada fontenária que ficava perto das escolas selecionadas (constituído por membros da comunidade), e também foram criados comités de higiene ligados aos núcleos escolares (constituídos por professores e estudantes).

Deste modo, os alunos, professores e vizinhos (comunidade hospedeira) foram beneficiados a partir de fundos de Redução de Risco de Desastre uma vez que as instalações foram reabilitadas para o seu uso todo o ano; e caso acontecer chuvas fortes na comunidade, as infraestruturas ficam prontas para abrigar pessoas afetadas, para além da capacidade de gestão criada localmente (comités de água e higiene).





*Membros do comité de higiene duma escola identificada como abrigo*

## 2.3. Gestão dos abrigos

### Existência de protocolos institucionais

Até o presente ano 2013, não existiam no país protocolos para gestão de centros de acomodação, nem pessoal especializado. Essa lacuna viu-se claramente após as cheias no centro de Chiaquelane (província de Gaza), onde concentraram-se milhares de pessoas e por tanto foi muito difícil a organização da acomodação por falta de protocolos institucionalizados.

Note-se que em Moçambique não existe *cluster* de Gestão de Campos.

Felizmente neste ano foi iniciado um programa de capacitação em gestão de acampamentos, liderado pela OIM; foi traduzido este manual ao português e iniciaram a dar formações em diferentes províncias do país.

### Capacidade local de gestão de abrigos

Geralmente a gestão dos centros de acomodação fica nas mãos do pessoal das administrações distritais e chefes de posto, com o apoio técnico das delegações provinciais do INGC, junto com pessoal.

Os diretores das escolas, caso foram utilizadas como abrigo, geralmente não ficam envolvidos nas atividades de gestão. Os diretores entrevistados no âmbito de este estudo, todos eles reconheciam que o edifício é público e por tanto tem a obrigação de abrigar pessoas, e que mesmo eles teriam interesse de formar parte do comité de gestão do abrigo, se foram convidados. Caso não ficar envolvido, até poderia acontecer que eles tomaram numa posição contrária ao uso da infraestrutura como abrigo, uma vez que a educação pode parar e o edifício sofrer danos, como aconteceu em várias escolas de Quelimane após as inundações dos anos 2012 e 2013 (segundo o relatado por varias pessoas entrevistadas).

Os líderes religiosos entrevistados, confirmaram a sua disponibilidade de apoiar as famílias afetadas e até a fazer parte do comité de abrigo caso foram utilizados os edifícios religiosos. Mas também foi percebido pelo consultor uma falta de consciencialização por parte dos líderes respeito ao potencial uso desses edifícios como abrigo. Seria por tanto muito interessante trabalhar com as lideranças religiosas neste sentido.

Se existir Comités Locais de Risco de Desastres (CLGRD) no local, eles podem ter um papel relevante em quanto que são treinados em questões ligadas a abrigo, uma vez que alguns membros vão fazer parte da comissão de abrigo (composta por 2 ou 3 pessoas).

Tarefas da comissão do abrigo no âmbito de prevenção e mitigação (durante o tempo de calma fora das emergências):

- Identificar, em coordenação com outras entidades, os edifícios ou locais seguros que poderão ser usados como abrigos temporários, assim como postos de saúde, fontes de água e centros de distribuição de alimentos em caso de emergência.
- Solicitar a capacitação sobre a gestão dos centros de abrigo em matérias de: condições sanitárias, abastecimento, necessidades básicas, atividades culturais, produtivas, recreativas, saúde mental e outras condições básicas.
- Sensibilizar a comunidade sobre o uso do centro de abrigos temporários
- Elaborar um regulamento interno sobre o funcionamento dos centros de abrigo e assegurar que a comunidade o conheça.

### Tarefas no âmbito de emergência

- Coordenar com os líderes comunitários, parceiros locais, Saúde e outros para organização e funcionamento do Centro de Acomodação.
- Em coordenação com líderes comunitários fazer o registo das pessoas afectadas nos centros de abrigo.
- Garantir a distribuição de bens aos afetados de maneira transparente.



**Boa prática: Construção e gestão de refúgios feita pela comunidade**

A CERE está a desenvolver um programa de Redução de Riscos de Desastre no distrito de Angoche (Nampula). O aumento da resiliência das comunidades inclui a construção de refúgios resistentes a ciclones pela própria comunidade (a serem utilizados como infraestruturas comunitárias durante os tempos de calma). Os refúgios vão ser geridos pelos CLGR, que foram treinados especificamente nesta questão e por tanto desenvolveram protocolos de funcionamento.



## 2.4. Simulações

Em todas as simulações nacionais nas que o autor deste relatório assistiu (nomeadamente Caia 2009, Chibuto 2010, Buzi 2011), a população foi evacuada desde zonas de risco até centros de acomodação.

Em 2009 (Caia), foi utilizada a zona exterior duma escola para montar tendas



Em Chibuto 2010, foi utilizado um refúgio construído pela ONU-Habitat em Chipamanine (Chicoalacuala) como centro de evacuação. Foi suposto que a zona exterior encontravase inundada; mas CVM instalou uma tenda de primeiros socorros no solo (indicador de que ao refúgio faltava-lhe superfície para colocar este serviço).



Depois, as pessoas foram trasladadas para um centro de acomodação num local seguro. Utilizando o edifício do centro de formação agraria e montando tendas familiares:



Em Buzi (2011), foi utilizada uma escola como refúgio; da observação directa do autor deste relatório, identificou que numa situação real a infraestrutura não haveria sido útil já que o vento poderia haver-lha destruído (amplas janelas de vidro sem proteção de venezianas, cobertura a dois água sem reforço que poderia ter saído voando).



Como anedota, justo em frente da escola havia uma mesquita bastante ampla, sem janelas ao exterior e cobertura abobadada (pesada), a qual poderia haver oferecido umas condições adequadas como refúgio anticiclones.



## 2.5. Identificação de abrigos nos planos de contingência

Nos planos de contingência, dentro dos recursos existentes, deve-se incluir o mapeamento de locais seguros para abrigo.

Em outro dos relatórios que foram feitos nesta consultoria (veja “Avaliação dos Planos de Contingência na Província de Zambézia”), foi alertado do problema da grande falha deste assunto em todos os planos de contingência distritais avaliados, para além do provincial.

### ***Boa prática: Identificação de edifícios para serem utilizados como abrigo***

Nos distritos de Maganja da Costa e Namacurra, a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) fez um trabalho de identificação de edifícios localizados perto das zonas de risco de cheias, que poderiam ser utilizados como abrigo caso acontecer uma emergência.

A pesquisa contou com a participação das comunidades que moram nas zonas de risco e com membros das comunidades hospedeiras (gestores das infraestruturas e vizinhos que moram perto delas).

Em total foram avaliados ao redor de 30 abrigos; foram desenvolvidas fichas por cada edifício que incluíam as características de cada um e sugestões de melhora. Também foram desenvolvidos mapas resume para serem incluídos nos planos de contingência do governo.



### 3. UTILIZAÇÃO DOS ABRIGOS

#### 3.1. Desastres de origem natural dos ultimos anos

##### ANO 2012 – TEMPESTADE TROPICAL DANDO E CICLONE FUNSO

No início do ano 2012, a tempestade tropical Dando afectou a zona sul do país; duas semanas depois, o ciclone Funso atravessou o Canal de Moçambique (sem chegar a tocar terra mas afetando com fortes ventos e chuvas nomeadamente a zona centro do país).



A seguir mostram-se alguns dados obtidos do relatório “Balanço da Época Chuvosa 2011-2012” da província de Zambézia, compilado pelo INGC:

### Infraestruturas Sociais Afetadas na província de Zambézia

**Escolas** afetadas na província pelo ciclone (fonte: INGC Zambézia)

Distrito	Escolas afetadas	Número de salas destruídas		
		Material local	Mat. convencional	Total
Chinde	8	18	1	19
Nicoadala	20	23	41	64
Namacurra	47	104	3	107
Pebane	37	74	6	80
Maganja da Costa	45	89	44	133
Mocuba	5	8	6	14
Mopeia	9	18	9	27
Murrumbala	-	-	-	2
Gurué	28	30	8	38
<b>Total província</b>	<b>248 escolas afetadas</b>	<b>344 salas de material local</b>	<b>118 salas de mat. convencional</b>	<b>466 salas destruídas</b>

**Centros de Saúde** afetados pelo ciclone (fonte: INGC Zambezia)

Distrito	Centro de saúde afetado	Tipo de dano
Nicoadala	Marrongane	Quebra de 9 painéis solares
Pebane	Magiga	Desabamento da casa mãe espera
	Sede	Desabamento do armazém do material cirúrgico
Namacurra	Mugubia	Desabamento das chapas de cobertura
	Mutange	Desabamento das chapas de cobertura
Mopeia	Sede	Desabamento do laboratório da sede
Mocuba	Nhaluanda	Desabamento das chapas de cobertura
	Muanaca	Desabamento das chapas de cobertura
	Munhiba	Desabamento da maternidade
Maganja da Costa	Mugaua	Desabamento do posto de saúde
	Missalo	Desabamento do posto de saúde
	Matacurro	Desabamento do posto de saúde
<b>Total</b>	<b>12 centros de saúde afetados na província</b>	

## Culturas Afetadas

A seguinte tabela oferece informações sobre as áreas cultivadas afectadas (fonte: INGZ Zam-bézia)

Distritos	Famílias afetadas	Zona afetada	Área afectada (ha)
Namacurra	11.905	Furquia, Namacurra-sede, Mbaua, Macuse, Mexixine, Mutange, Malei, Muebele e Pida	21.428
Morrumbala	2.000	Pinda, Megaza, Chire-Sede e Chilomo	1.475
Maganja da Costa	24.500	Nante, Mocubela, Bajone e Sede	19.600
Nicoadala	1.180	Muziva, Licuar, Nassorela, Ceramica, Rara e Botao	4.322
Mocuba	80	Munhiba, Muraba e Erua	60
Pebane	2.000	Magiga, Domeia, Intaca Mecadine, Malema, Alto-Maganha, Namaite, Kichanga, Chavalane, Magure-sede, Mulela-sede e Mulela	6.013
Chinde	25.984	Luabo, Chinde-Sede, Micaune	18.957
Mopeia	437	Mopeia-Sede, Nzanza, Sambalendo	525
Inhassunge	2.150	Pingagira, Gonhane, Cherimane e Inhassunge-Sede	780
Gurue	811	Gurue-Sede (Murimo)	9
Quelimane	347	Namacata e Impurune	2.000
<b>TOTAL</b>	<b>71.047 famílias</b>		<b>75.169 hectares</b>

## Vias de acesso

A seguinte tabela oferece informações sobre as ligações rodoviárias afectadas

ESTRADA / TROÇO	DISTRITO
R653 Mocuba- Lugela	Mocuba/ Lugela
R 1115 Cruz R654- Munhamade	Mocuba/ Lugela/ Namarroi
N/C Bive-Maganja	Mocuba/ Maganja
N324-Maganja/Mocubela	Maganja/Mocubela
R656 Mocubela- Bajone	Mocubela/ Pebane
R 653 Tacuane - Liciro	Lugela
R654: Namarroi - Regone	Namarroi
N322 – Zero - Morrumbala	Morrumbala
R644-Maganja/Nante/Cariua	Maganja da Costa
R643-Namacurra/Macuse	Namacurra
R645-Maganja/Mabala	Maganja da Costa
N324-Magiga/Malema	Pebane
N324-Magiga/Naburi	



## Pessoas e casas afetadas

No documento aparece uma tabela com dados sobre população afectada e danos no âmbito de habitação (fonte: INGC Zambézia)

Localização	População afetada			Danos em habitação		
	Famílias	Pessoas	Óbitos	Totalmente	Parcialmente	Inundadas
Chinde	366	10,302	1	132	2,357	1,171
Nicoadala	8,144	36,079	4	750	23	1,407
Namacurra	13,131	65,500	3	100	0	1,614
Pebane	2,213	7,798	2	1,085	1,118	0
Maganja da Costa	5,398	22,789	10	1,688	368	0
Mocuba	1,503	7,515	0	0	438	0
Gurue	67	334	1	0	67	0
Quelimane	347	1,735	0	349	1,484	263
<b>Total</b>				<b>4,104</b>	<b>5,855</b>	<b>4,455</b>
<b>provincia</b>	<b>31,169</b>	<b>152,052</b>	<b>21</b>	<b>14,414 casas afetadas</b>		

Note-se que o INGC considerou separadamente as casas afetadas pelo vento das casas inundadas.

Na tabela existe uma possível incongruência entre o numero de famílias afetadas (31.169) e numero de casas danificadas (14.414).

Fazendo relacionamento entre as tabelas de culturas afetadas e casas danificadas: o número de famílias afetadas pela perda de machambas (71.047) é quase cinco vezes o número de casas danificadas (14.414).

Na informação registada pelo INGC no Balanço da Época Chuvosa 2011-2012), não inclui informações sobre edifícios utilizados como abrigo temporário.

## ANO 2013 - CHEIAS EM MAPUTO, GAZA E ZAMBEZIA

No inicio do ano 2013, chuvas torrenciais afectaram a região sul do país, primeiro provocando inundações nos bairros periféricos de Maputo; depois, provocando inundações ao longo das margens do rio Limpopo (a cidade de Chokwe ficou em baixo das águas).



Também choveu torrencialmente na região centro, afetando vários distritos da província de Zambézia, embora em menor medida que no sul do país.

Tabela de pessoas afetadas ao nível de todo o país (fonte: CENOE):

## Resumo do Impacto Geral

Dados cumulativos desde Outubro de 2012 - 19 de Fevereiro de 2013 (**por actualizar**)

Proíncias	Obito	Pessoas afectadas	Número de pessoas no Centro de acomodação no dia 11 de Fev.	Pessoas evacuadas pela UNAPROC	Salas de aulas	Unidades Sanitárias
Maputo Cidade	5	4,741	4,094		0	0
Maputo provincia	2	3,910	248	3,548	13	0
Gaza	41	175,693	170,950	10,915	217	0
Inhambane	0	1,042	83		8	1
Sofala	3	135		123,244	57	0
Manica	3	11,605			tp	0
Tete	3	404			108	0
Zambezia	23	36,481	10,522	3,014	374	5
Nampula	21	6,380			7	0
Cabo Delgado	5	10			1	0
Niassa	7	426			1	0
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>240,827</b>	<b>185,897</b>	<b>140,721</b>	<b>863</b>	<b>6</b>

População afetada na província de Zambézia, por distrito:

Distrito	Afectados			
	Óbitos	Feridos	Famílias	Pessoas
Alto Malocue	0	5	152	667
Chinde	0	0	100	500
Gile	2	0	93	465
Gorue	0	2	534	2,241
Ile	6	0	189	946
Lugela	3	0	1	5
Mag. Costa	1	0	36	180
Milange	3	0	584	2,920
Mocuba	1	0	533	2,565
Mopeia	1	0	99	495
Morrumbala	0	0	2,100	10,500
Namacurra	0	0	827	4,923
Namarroi	3	0	946	4,715
Nicoadala	0	0	7	16
Pebane	3	5	1,180	136
Quelimane	0	0	46	1,003
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>7,632</b>	<b>38,176</b>

(Fonte: INGC, relatório "Balanço da época chuvosa 2012-2013 na Zambézia")

## Casas e infraestruturas danificadas na província de Zambézia:

Distritos	Casas			Infra-estroturas		
	Dest. Parc	Dest. Total	Total	Sala Aulas	C. Saude	Pontes
Alto Malocue	111	41	41	24	-	-
Chinde	64	36	36	8	-	-
Gile	27	66	66	42	-	-
Gurue	313	213	213	30	-	-
Ile	0	189	189	10	1	1
Inhassunge	0	1	1	0	-	-
Lugela	36	26	26	18	-	-
Mag. Costa	38	66	66	8	1	1
Milange	348	185	185	37	-	-
Mocuba	108	59	59	15	1	-
Mopeia	0	328	328	42	-	-
Morrumbala	0	88	88	14	-	-
Namacurra	71	279	279	63	2	-
Nicoadala	0	7	7	13	-	-
Namarroi	1,587	998	998	66		1
Pebane	28	18	18	180	-	-
Quelimane	116	80	80	0	-	3
<b>Total</b>	<b>2,847</b>	<b>2,352</b>	<b>5,199</b>	<b>562</b>	<b>5</b>	<b>6</b>

(Fonte: INGC, relatório “Balanço da época chuvosa 2012-2013 na Zambézia”)

## Centros de acomodação abertos na província de Zambézia:

Distritos	Centros de Acomodação	Observação
Cidade de Quelimane	Sampene	Encerrado no dia 07.03.2013
Nicoadala	Escola 4 de Outubro	Encerrados no dia 21.02.2013
	Escola Josina Machel	
	Igreja catolica de Nhanguo	
Namacurra	Mesquita de Mitulane	Encerrados no dia 05.03.2013
	EPC Lugela	
	EP1 Maiobe	
	Mesquita de Machirica	
	Igreja de Barra	
	Igreja de Muguerege	
	EP1 Muraia	
	EP1 Birua	
	Machica (2 igrejas)	
	EPC Pedreira	
Maganja da Costa	Brigodo	Encerrado no dia 13.03.2013
	C. A. Sopa	Encerrado no dia 22.02.2013
	C. A. Intabo	Encerrado no dia 06.03.2013
Murrumbala	Ngulengule	Encerrado no dia 15.03.2013
	Chipanga	Ilha de Inhangoma (distrito de Mutarara, província de Tete) – em processo de reassentamento
	Cadongo	
Mopeia	Assiate	Encerrado no dia 15.03.2013
<b>TOTAL</b>	21 centros de acomodação	

(Fonte: INGC, relatório “Balanço da época chuvosa 2012-2013 na Zambézia”)

Note-se que a informação disponibilizada no relatório final do INGC (balanço da época chuvosa) não inclui o número de pessoas e famílias abrigadas nos centros de acomodação.

No relatório do INGC do dia 11 de Fevereiro 2013, inclui uma tabela com o número de famílias e pessoas acomodadas nos centros de acomodação de Quelimane, Nicoadala e Maganja da Costa:

Distritos	Centros de Acomodação	Famílias	Pessoas
Quelimane	Sampene	15	74
Nicoadala	Josina Machel	745	3725
	4 de Outubro	309	1545
	Nhanguo	126	630
Maganja da Costa	Intabo	385	1925
	Sopa	199	995
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6 Centros de acomodação</b>	<b>1779</b>	<b>8894</b>

*Pode-se observar que o número de pessoas abrigadas em cada centro de acomodação são relativamente altos. Segundo o INGC e algumas organizações parceiras que conjuntamente fizeram missões exploratórias, muitas pessoas só ficavam nos centros de acomodação durante o dia, mas voltando a suas aldeias originais durante a noite.*

### 3.2. As infraestruturas utilizadas como abrigo

#### - Acesso das comunidades - rotas de evacuação

O acesso até os locais seguros continua a ser um assunto crítico e determinante no uso dos abrigos em Moçambique, em especial nas zonas rurais.

Nos distritos de Maganja e Namacurra, os diretores de varias escolas que são geralmente utilizadas como abrigo em tempo de cheias, quando foram perguntados pelo acesso das comunidades, a resposta comum foi que *“não é fácil mas arrasca-se”*.

Isto é, tem zonas que ficam inundadas e portanto as pessoas tem que caminhar sobre caminhos inundados ou até sair de barca por os seus médios ou resgatados.



*Estrada condicionada em Maganja da Costa (Fevereiro 2013)*



*Algumas pessoas conseguem evacuar pelos seus próprios meios (em Maganja da Costa, Fevereiro 2013)*





*Membros da comunidade esperando para serem evacuados, guiados pelos membros do CLGR (Maganja da Costa, Fevereiro 2013).*

Infelizmente não sempre todas as pessoas conseguem ser evacuadas. Na comunidade de Bara (Furquia, distrito de Namacurra), os consultores conseguimos entrevistar a varias pessoas que não conseguiram fugir atempadamente e tiveram que ficar esperando em copas feitas ad-hoc até as aguas baixar.



*Copa usada pela comunidade para sobreviver as cheias (comunidade de Bara, Furquia, 2013).*

### - Acesso das autoridades locais

Em zonas de risco, as estradas acostumam a ficar condicionadas e por tanto o acesso das instituições é dificultoso, as vezes impossível pela via terrestre.

Por tanto a limitação em quanto a acesso das autoridades e organizações humanitárias faz a grande diferencia em quanto a apoio desde as autoridades do governo.



*Um carro do INGC em Maganja da Costa*

### - Tipologia de edifícios para abrigo

**Escolas:** os edifícios mais habituais utilizados em Moçambique para abrigar pessoas são as escolas, já que são infraestruturas públicas e estão disseminadas por todo o país – incluso em algumas zonas rurais pode ser o único edifício existente. Anteriormente, no período de ameaça de cheias coincidiu com as férias de verão, embora agora o início do curso foi adiantado. Por tanto, para compatibilizar ambos usos (abrigo e educação), o que acostuma-se a fazer é permitir utilizar o edifício para dormir durante as noites mas durante o dia as pessoas abrigadas saem ao exterior para permitir as aulas.



*Centro de Acomodação na Escola Josina Machel de Nicoadala, Fevereiro 2013*

Algumas salas de aulas das escolas que foram utilizadas como abrigo são feitas de materiais locais.



*Sala anexa de Mugueregue, Furquia, utilizada como abrigo nas cheias de 2013*

**Fábricas e armazéns:** existem em Moçambique uma série de edifícios fabris desocupados do período colonial que estão a ser utilizados como abrigo pelas comunidades. Por exemplo, no 2013 foram ocupadas as antigas fábricas de arroz e de Furquia e de cocoteiros de Brigodo, ambas no distrito de Namacurra.



*Antigo armazém da companhia Borrer em Brigoda (Namacurra), utilizado como abrigo em Fevereiro de 2013*

**Edifícios religiosos:** nas zonas rurais existem algumas igrejas e mesquitas que estão a ser utilizadas como abrigo pelas comunidades, mas a superfície coberta geralmente é pequena.



*Igreja rural de Muguereje (Furquia), utilizada durante as cheias do 2013*





*Mesquita de Mitulane (Furquia), utilizada durante as cheias do 2013*

**Centros de saúde:** os consultores não identificaram centros de saúde utilizados como abrigo pelas comunidades em nenhum documento nem no trabalho de campo nos distritos alvo (Namacurra e Maganja). O motivo pode ser a falta de espaço coberto disponível para abrigar as pessoas.

**Locais seguros mas sem edifícios o muito pequenos:** infelizmente em algumas zonas de risco de cheias não sempre existem edifícios para serem utilizados como abrigo. Por tanto, as comunidades procuram locais onde pelo menos o chão não tem água (não é inundável).



*Área identificada como segura pela comunidade em Ntabo, Maganja da Costa, Fevereiro 2013 (foto aérea). O INGC forneceu lonas e ferramentas para construção de alpendres.*

## - Superfície coberta

De acordo com os parâmetros Esfera, uma pessoa precisa de 3,5 m<sup>2</sup> de espaço coberto para abrigo. Existem também valores mínimos para centros de evacuação: 1,5m<sup>2</sup> por pessoa (justo o espaço que ocupa uma pessoa em horizontal).

Infelizmente no contexto do país, esses valores não são fáceis de cumprir com as infraestruturas disponíveis. Os autores deste relatório visitaram diferentes escolas em Maganja e Nicoadala, e entrevistaram aos diretores e pessoas da comunidade. A resposta mais comum sobre o espaço para dormir era que as pessoas ficavam dentro do abrigo “muito apertadas”, ou que o espaço por família era o equivalente a uma rede mosquiteira.

Por exemplo, de acordo com as informações do INGC de Fevereiro 2013 (mostradas no início do presente capítulo), em Maganja foram abertos dois centros de acomodação em Ntabo e Sopa. Os autores deste relatório conseguiram visitar e avaliar ambos locais (ver a avaliação desses abrigos no relatório sobre identificação e avaliação de 20 abrigos em Maganja e Namacurra).

A seguinte tabela mostra os ratios de m<sup>2</sup> por pessoa a partir dos dados de pessoas abrigadas (INGC Fevereiro 2013), a superfície coberta dos edifícios existentes:

Centro de Acomodação	Pessoas	Espaço coberto	Ratio m2/pessoa
Ntabo	1925	200m2	0,10
Sopa	995	380m2	0,381

Com esses dados, fica claro que não havia espaço para todas as pessoas nos edifícios existentes. Em várias comunidades afetadas visitadas pelos consultores (fizemos grupos focais de discussão com homens e mulheres por separado), as pessoas comunicaram que não havia espaço coberto suficiente para acomodar a todas as pessoas, e o que fizeram é priorizar as crianças, deficientes e idosos para serem abrigadas dentro do edifício, ficando as pessoas os homens e mulheres mais fortes a dormir ao ralento.

No caso de Maganja, o que fez o Governo foi disponibilizar rapidamente lonas para a construção de alpendres e assim proteger das inclemências do tempo a todas as pessoas o mais rápido possível (até conseguir disponibilizar abrigo de emergência para cada família separadamente).





*Alpendre construído em Ntabo, Maganja da Costa (cheias 2013).*



*Telheiro reparado com lonas na Igreja católica de Nhanguo, Nicoadala (Fev 2013)*

Respeito a distribuição das pessoas dentro do edifício, fomos informados por vários diretores de escola que geralmente o que se faz se não há espaço suficiente para acomodar as pessoas por família, é colocar as mulheres e crianças numa sala, e os homens em outra sala. Numa escola, disseram nos que o modo de distribuir as populações foi dedicar uma sala para cada comunidade, chegando a colocar até 100 pessoas numa mesma sala de aulas (espaço promedio numa sala:  $9 \times 5 = 45 \text{ m}^2$ ).



*Interior duma sala de aulas da escola Josina Machel em Nicoadala, utilizada como centro de acomodação em Fevereiro de 2013.*

#### - Tipo de estrutura e materiais

A partir das visitas realizadas ao terreno, os edifícios disponíveis para serem utilizados como abrigo geralmente são feitos de:

- Estrutura de betão (fundações e colunas), cobertura de asnas de madeira. Paredes de blocos de betão ou tijolo queimado. Por tanto a parte mais fraca da edificação seria a cobertura, que caso acontecer um vendaval ou ciclone poderia ficar danificada. Mas pode resistir uma cheia, e estar disponível para serem usado como abrigo, sempre que o chão não fique molhado porque o local está elevado. Este tipo de infraestruturas podem se encontrar em contextos urbanos e rurais.



*Detalhe da escola 04 de Outubro de Nicoadala, construída com colunas e blocos de betão, utilizada como centro de acomodação em 2013.*

- Estrutura de muros de carga, feita de tijolos queimados, e asnas de madeira. Para além das construções do período colonial, de grande qualidade, infelizmente as novas edificações construídas nos últimos anos têm muros com uma espessura que geralmente não cumpriria com as normas da boa construção. Por tanto, caso acontecer um vendaval ou ciclone, tanto as paredes como a cobertura poderiam ficar danificados. As cheias de modo geral não afetariam o edifício, por tanto poderiam estar disponíveis para serem usados como abrigo, sempre que o chão não fique molhado porque o local está elevado. Este tipo de estruturas podem se encontrar em zonas rurais.



*Igreja em Muebe, Maganja da Costa, feita de paredes de tijolo (sem estrutura de betão).*

- Estruturas feitas com materiais locais, geralmente barrotes de madeira e terra, e cobertura de capim ou chapa. Geralmente são infraestruturas com durabilidade curta (cinco anos), construídas e mantidas com o apoio da comunidade. São muito comuns nos contextos rurais. Note-se que os consultores não gostam de chamar estes materiais “precários”, em quanto que bem utilizados são perfeitamente válidos para construir com qualidade.



*Escola de Mugoloma, feita de materiais locais com o apoio da comunidade*

### - Instalações disponíveis

A partir de relatórios de avaliação de necessidades feitos nos abrigos utilizados deste ano durante as cheias em diferentes distritos de Zambézia por diversas organizações, e das visitas ao terreno realizadas pelos consultores, observa-se que, pelo geral, que nas instalações de água e saneamento na maioria dos edifícios públicos utilizados como abrigo, há um acesso insuficiente em quanto a quantidade e qualidade das instalações, não atingindo mesmo a cumprir os padrões de la OMS e normativas nacionais para uso normal das infraestruturas, e portanto ainda menos para um uso massivo em tempos de emergência.

- Água para beber e cozinhar: segundo Esfera, um ponto de água serve a 500 pessoas. No contexto de Moçambique, acostuma a haver um ponto de água por edifício público (escola, centro de saúde). Pelas cifras dadas ao início deste capítulo, houve abrigos que acolheram mais de mil pessoas. Tendo em conta, também, que em alguns abrigos visitados, os pontos de água estavam avariados.



*Ponto de água num abrigo temporário em Nicoadala (Fevereiro 2013)*





*Técnicos da Kukumbi e CECOHAS fazendo testes de água na fonte num abrigo coletivo em Nicoadala (Fevereiro 2013)*

- Água para higiene: segundo as entrevistas realizadas, por norma geral as pessoas das zonas rurais acostumam a ir ao rio a lavar-se, e por tanto durante sua estadia nos abrigos faziam o mesmo.

- Saneamento: em lugares onde há grande concentração de pessoas, a contaminação do ambiente pode provocar diarreias entre a população, mesmo cólera. A partir dos dados das avaliações, o número de latrinas foi geralmente insuficiente para a população afectada (uma latrina por cada 20 pessoas), e as latrinas existentes ficaram cheias e por tanto ficaram inutilizáveis. Assim, as pessoas abrigadas faziam fecalismo á céu aberto. E já não só isso, em muitas escolas nem se quer havia suficientes latrinas para tempos normais, segundo os padrões OMS e normativa nacional.



*Visita de avaliação dos técnicos ás latrinas dum centro de acomodação em Nicoadala (Fevereiro 2013)*



*Estado de uma das latrinas avaliadas*



*Mulher praticando fecalismo a céu aberto nos arredores dum centro de acomodação*

A falta de instalações de água e saneamento durante a emergência pode se conseguir resolver mediante a reparação de pontos de água junto ao edifício ou próximo a ele (pontos de água da comunidade), e mesmo a colocação de tanques temporais de água. Usualmente acostumam-se a construir latrinas de emergência, feitas com laje de plástico, estacas e lonas.

A modo de exemplo, a seguir apresenta-se uma tabela com dados dos centros de acomodação abertos em Quelimane e Nicoadala ao início de Fevereiro de 2013 por causa das cheias (fonte: INGC), que pode servir como exemplo das necessidades no âmbito de água, saneamento e higiene nos centros de acomodação:



LOCALIZAÇÃO	CENTROS ACOMODACAO	POP. AFECTADA		NECESSIDADES EM AGUA, HIGIENE E SANEAMENTO								
		Nº Pessoas	Nº Famílias	TANQUES (5000 Lit)	CLORO (25 KG)	CERTEZA	BIDONS	BALDES	SABAO (Barra)	KITS DE DIGNIDADE	REDES MOSQUITEIRAS	LOSAS PARA LATRINAS
Nicoadala	JOSINA MACHEL	2.735	547	5	0	547	1.094	1.094	547	2.188	1.094	53
	NHANGUO	1.150	230	2	0	230	460	460	230	920	460	23
Quelimane	4 DE OUTUBRO	3.240	648	6	0	648	1.296	1.296	648	2.592	1.296	65
	SAMPENE	80	16	0	0	16	32	32	16	64	32	3
	<b>Total</b>	<b>7.205</b>	<b>1.441</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>1.441</b>	<b>2.882</b>	<b>2.882</b>	<b>1.441</b>	<b>5.764</b>	<b>2.882</b>	<b>144</b>
	STOCK EXISTENTE			0	455	0		0	0	0	2.420	3
	DEFICE			-14	0	-1.441	-2.427	-2.882	-1.441	-5.764	-462	-141

**Boa prática: Aumento dos serviços disponíveis de água e saneamento**

Para além dos pontos de água e latrinas existentes nos Centros de Acomodação de Sampene, o Município em parceria com a ONG local CECOHAS (Centro para a Coordenação da Higiene, Água e Saneamento de Zambézia), instalaram tanques de água (bladders), latrinas e casas de banho de emergência, com material que tinham preposicionado na cidade.



*Instalação de tanque de água de emergência (bladder) no centro de acomodação de Sampene, Quelimane. Fevereiro de 2013.*



*Construção de casas de banho e latrinas de emergência no Centro de Acomodação de Sampene, Quelimane. Fevereiro de 2013.*

#### - Espaço exterior

Geralmente os edifícios em zonas rurais tem espaço suficiente ao exterior, onde desenvolver as actividades comunitárias, ou mesmo instalar tendas. Em zonas urbanas, pode acontecer que o espaço exterior esteja mais limitado.



*Espaços exteriores no centro de acomodação Josina Machel (Nicoadala), Fev 2013*

### 3.3. Gestão do abrigo

#### - Equipa de gestão

A partir das entrevistas realizadas aos líderes locais, directores de escolas e população afectada, entende-se que, pelo geral a gestão do abrigo se faz pelas autoridades do posto administrativo, com o apoio de funcionários do INGC. A população abrigada pode participar na gestão do abrigo a traves dos líderes locais. Todas estas pessoas são maioritariamente homens.



*Líder comunitário informando á população no centro de acomodação de Josina Machel, Nicoadala (Fevereiro 2013)*

No caso de que a escola fora utilizada como abrigo, os directores das escolas pelo geral ficam fora da gestão do abrigo, o que faz que por um lado perdem poder sobre as infraestruturas das quais são em teoria responsáveis, chegando no pior dos casos a que em algumas ocasiões se oponham ao uso das instalações (como por exemplo aconteceu numa escola em Maputo, que fecharam a chave de passo de água da casa de banho que usavam as pessoas abrigadas).

#### - Monitoria

- Segundo as informações obtidas pelos consultores, as atividades de monitoria que se fazem nos centros de acomodação pelas equipas de gestão são nomeadamente:

- Registo de entrada pessoas. Para isto, se utilizam listas escritas a mão ou fichas de registo desenvolvidas pelo INGV, com informação básica sobre as famílias abrigadas.
- Alimentos entregados em cada centro (sem colocar a informação sobre quantidade por pessoa e dia)
- Bens não alimentares entregados (sem informar quanto foi entregue a cada pessoa)
- Registo de doenças.

As informações recolhidas são partilhadas diariamente nos encontros do COE distrital para tomada de decisões. Ao nível provincial, o COE faz compilação da informação dos diferentes distritos afetados da província. E depois, ao nível nacional as informações são compiladas e partilhadas nos encontros do CENOE.

De acordo com um técnico entrevistado que tem visitados vários centros de acomodação: *“Havia monitoria, mas como as necessidades eram imensas as pessoas que deveriam fazer a monitoria não iam regularmente para não ser confrontados com solicitação de satisfação das suas necessidades.” [...] “Existiam fichas (inscrição/registo), mas muitas vezes as pessoas que faziam a monitoria simplesmente usavam blocos de notas”.*

Os consultores não conseguiram aceder as ferramentas de monitoria e avaliação específicas para centros de acomodação adaptadas ao contexto do país, unicamente fichas de registo.

Lista nominal pessoas			
Nº	Nome	Idade	Sexo
1	João Joaquim	2	M
2	João Joaquim	2	M
3	João Joaquim	2	M
4	João Joaquim	2	M
5	João Joaquim	2	M
6	João Joaquim	2	M
7	João Joaquim	2	M
8	João Joaquim	2	M
9	João Joaquim	2	M
10	João Joaquim	2	M
11	João Joaquim	2	M
12	João Joaquim	2	M
13	João Joaquim	2	M
14	João Joaquim	2	M
15	João Joaquim	2	M
16	João Joaquim	2	M
17	João Joaquim	2	M
18	João Joaquim	2	M
19	João Joaquim	2	M
20	João Joaquim	2	M
21	João Joaquim	2	M
22	João Joaquim	2	M
23	João Joaquim	2	M
24	João Joaquim	2	M
25	João Joaquim	2	M
26	João Joaquim	2	M
27	João Joaquim	2	M
28	João Joaquim	2	M
Total			32

Ficha de registo de pessoas no centro de acomodação de Brigoda, Namacurra, Fevereiro 2013



### 3.4. Atividades diárias da população no abrigo

*“As famílias ficavam no abrigo, com o membro de família que ia regularmente as zonas afetadas para controlar os bens que tinham ficado, para evitar assaltos. [...] As mulheres que não podiam voltar aos seus locais de origem ficam aí sem fazer nada, outras aproveitavam para vender pequenas coisas” [...] As crianças foram “encaixadas” em outras escolas e nos momentos livres ficavam sem fazer nada.”*

Este parágrafo, dita por um técnico entrevistado, pode servir de resumo das atividades que acontecem geralmente nos abrigos, de acordo aos vários grupos alvo entrevistados durante o trabalho de campo desta consultoria.

Note-se que os homens geralmente não ficam no abrigo: voltam para suas casas para proteger os seus bens ou recuperar parte das culturas imersas na água.

As atividades de cozinhar e comer, se fazem geralmente no exterior, em baixo duma área com sombra.



*Mulheres cozinhando no centro de acomodação Josina Machel, Nicosadala. Fevereiro 2012.*

De acordo com um técnico que trabalhou nos centros de acomodação de Chokwe (2013), “algumas famílias se juntavam numa panela comum - logicamente que a questão de combustível era difícil, com os poucos recursos que tinham compravam carvão”.

Outra das atividades que fazem diariamente as mulheres esta referida á higiene. As atividades de limpeza corporal, como já foi comentado, se fazem geralmente nos riachos perto do abrigo. A lavagem da roupa geralmente se faz próximo das fontes de água.

Respeito os médios de vida das pessoas abrigadas, a situação varia dependo do contexto urbano ou rural. Por exemplo, em Janeiro de 2013, “em Maputo, muitos dos abrigados eram pessoas com negócios informais, por isso os negócios se perderam com as chuvas [...] Chokwe: Muitos abandonaram as suas machambas (campos de cultivo) uma vez que estavam inundados”.

Respeito a possíveis atividades de meios de vida da população afetada que ocorrem normalmente nos abrigos ou perto a eles, um técnico respondeu: “a maioria delas, apenas esperam o apoio do governo e outras organizações, havia a percepção que se fizer algum negócio acabaria não recebendo ajuda”.

Nas visitas de campo em Maganja e Namacurra, nos locais onde as instituições não conseguiram chegar por causa dos caminhos condicionados, as pessoas conseguiam sobreviver alimentando-se de cocoteiros.

### 3.5. Assistência

#### - Distribuição de bens alimentares

Infelizmente os consultores não conseguiram recavar informações detalhadas sobre como se faz geralmente a distribuição de comida nos centros de acomodação. No CENOE se partilham mapas sobre as quantidades de comida distribuídas em cada centro (sacos de arroz, litros de óleo, etc) mas geralmente não inclui informação do ratio por pessoa e dia.

A seguinte tabela foi desenvolvida pelo INGC como plano de resposta para o distrito de Maganja, Fevereiro 2013:

POPUL. AFECTADA			NECESSIDADES BASICAS DE ALIMENTOS PARA 7 DIAS POR FAMILIA						
CENTROS ACOMODAÇÃO	Nº Pessoas	Nº Famílias	FARINHA (Kg)	ARROZ (Kg)	FEIJAO (Kg)	AÇUCAR (Kg)	OLEO (Lit)	SAL (Kg)	CONSERVAS (UN)
INTABO	1.655	331	2.896	2.896	579	366	331	76	2.317
SOPA	90	18	158	158	32	20	18	4	126
<b>Total</b>	<b>1.745</b>	<b>349</b>	<b>3.054</b>	<b>3.054</b>	<b>611</b>	<b>386</b>	<b>349</b>	<b>80</b>	<b>2.443</b>
Total em sacos (10kg)			244,30	244,30	24,43	16,07	29,08	3,34	24,43
STOCK EXISTENTE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICE			-244,30	-244,30	-24,43	-16,07	-29,08	-3,34	-24,43





*Distribuição de comida no centro de acomodação 04 de Outubro, Namacurra. Fevereiro 2013*

## - Distribuição de Bens não Alimentares

De acordo com a informação recebida, entregam-se kits de higiene, kits de dignidade, bidões para água...

A seguir apresenta-se o mapa de distribuição de NFIs nos centros de acomodação de Zambézia, Fevereiro 2013

		POPULAÇÃO ABRIGADA		Necessidades de itens não alimentares						
				ABRIGO		ÁGUA e HIGIENE				SAÚDE
DISTRITO	CENTROS ACOMODAÇÃO	Nº Pessoas	Nº Famílias	KITS OU TENDAS FAMILIARES (Unid)	MANTAS (Unid)	BIDONS 10 e 20 Lit (Unid)	BALDES (Unid)	SABAO (Barra)	KITS DE DIGNIDADE (unid)	REDES MOSQUITEIRAS (unid)
Nicoadala	JOSINA MACHEL	2.735	547	547	1094	1094	1094	547	2188	1094
	NHANGUO	1.150	230	230	460	460	460	230	920	460
Quelimane	4 DE OUTUBRO	3.240	648	648	1.296	1.296	1.296	648	2.592	1.296
	SAMPENE	80	16	16	32	32	32	16	64	32
	Total	7.205	1.441	1.441	2.882	2.882	2.882	1.441	5.764	2.882
	Stock existente	-	-	455	0	455	0	0	0	2.420
	Defice	-	-	-986	-2.882	-2.427	-2.882	-1.441	-5.764	-462

Nos diversos grupos focais de discussão feitos em Furquia com as populações afetadas pelas cheias deste ano 2013 (homens e mulheres por separado), as respostas sobre as necessidades de bens não alimentares incluíam panelas, pratos, baldes, jerricans, cobertores (mantas), capulanas, enxada, rede mosquiteira.

A maior parte dos itens solicitados pelo INGC e comunidades podem ser obtidos localmente.



*Distribuição de Kits de Dignidade num centro de acomodação*

## - Saúde

Nos centros de acomodação acostuma-se a instalar um posto de primeiros socorros a serem geridos pela Cruz Vermelha ou mesmo pela Direção Provincial de Saúde, quem também faz triagens da população mais vulnerável e vacinações de crianças.



*Posto de primeiros socorros da CVM e DPS no centro de acomodação em Xai Xai, Abril 2010*

#### - Sensibilização sobre Higiene e prevenção HIV/SIDA

E comum que durante a estadia das pessoas no centro de acomodação, se fazem palestras sobre assuntos relativos a boas práticas de higiene, prevenção do HIV/SIDA, etc.



*Ativista disseminando informações sobre HIV/SIDA num centro de acomodação*

### - Acesso á escola

Em modo geral, as crianças são integradas nas escolas próximas. Para dar cabida a tantas novas crianças, as vezes são instaladas tendas-escola para aumentar o numero de salas.



Muitas das vezes, os edifícios utilizados como abrigo são escolas públicas. Para não paralisar as aulas, as pessoas abrigadas saem das salas do edifício de manhã para permitir entrar as crianças.

Um técnico entrevistado diz: “Normalmente as duas instituições funcionavam paralelamente, i.e. foram reestruturados de maneira que algumas salas acomodassem mais turmas enquanto os abrigados ocupavam outras. Em outros casos as salas de manhã serviam de salas de aula e a noite de abrigo.”

### - Proteção

Nas entrevistas feitas as mulheres em Furquia, a resposta á pergunta sobre questões de violência contra as mulheres durante a estadia nos abrigos, a resposta geral era de “aqui não aconteceu nada, homens e mulheres estávamos juntos, aqui não havia segredos”. O consultor e autor deste relatório é homem e talvez por isso as mulheres não ofereceram detalhes sobre questões de proteção.

Numa entrevista a uma técnico especialista no âmbito de género em emergências, ela disse que “Os potenciais riscos poderiam ser assaltos, violação principalmente de mulheres e raparigas”. Respeito a existência de deficientes nos abrigos e se tinham algum apoio especial: “Sim, mas não notei um tratamento diferenciado com outros afectados”.

**Boa prática: Espaços Amigos da Criança**

Em Moçambique, a Save the Children junto com o INGC e vários parceiros do grupo temático (*cluster*) de Educação e Proteção em emergências, tem desenvolvido um conceito de espaço seguro para crianças em Centros de Acomodação.

Nas emergências, as crianças são um dos grupos de pessoas as mais afetados; não só são vulneráveis aos efeitos físicos das inundações e os riscos subsequentes da malária, cólera e mal-nutrição, mas também ao choque emocional de ter que deixar suas casas baixo uma ameaça de perigo. No contexto duma emergência, famílias e comunidades não são sempre capazes de fornecer o cuidado necessário e a proteção a suas crianças.

Nos centros de acomodação, a escola e as zonas de lazer são muito importantes para fornecer um elemento de estabilidade porque permite às crianças de esquecer por um momento o trauma que tem sofrido e ao mesmo tempo garantir que sua educação e ensinamento continuam.

Os espaços amigos da criança são zonas identificadas para o jogo e aprendizagem das crianças e que estão geridas por voluntários da comunidade. Eles fornecem proteção, jogo e lazer, apoio psicossocial e informação que pode salvar vidas a jovens e pessoas de várias idades. Os espaços amigos das crianças também servem para vigilância da comunidade e como mecanismo de referência dentro dos centros de acomodação onde as crianças são conectadas com serviços importantes governamentais e não-governamentais.

Os espaços amigos das crianças também oferecem um serviço importante aos pais e cuidadores já que lhes permitem, em particular as mães, um lugar seguro para deixar suas crianças e assim poder dedicar-se a outras tarefas no abrigo.

Como fazer um espaço amigo das crianças:

- Identificar parceiros com os que trabalhar (MISAU, policia, ONG...)
- Identificar as necessidades do espaço amigo das crianças envolvendo a todos os autores, incluídas as crianças.
- Seleção do espaço físico (não pode estar perto da escola para evitar a tentação de faltar as aulas, deve ficar perto do abrigo temporário, num terreno plano e falto de obstáculos e perigos).
- Seleção dos voluntários para gerir os espaços amigos das crianças com a participação da comunidade (envolver mulheres).
- Treinar aos animadores.
- Construir com a comunidade o espaço amigo das crianças (limpar a zona, construir latrinas para meninos e meninas, colocar uma vedação para proteger o espaço, construir um alpendre).
- Fornecer de materiais e equipamento.
- Selecionar as atividades para as crianças.





*Espaço Amigo da Criança no centro de acomodação de Brigoda, distrito de Nama-curra, província de Zambézia (Março 2013).*

## 4. ENCERRAMENTO DO ABRIGO

### 4.1. Saída das pessoas

Em Moçambique, as pessoas conseguem sair dos abrigos coletivos quando:

- As **pessoas regressam para suas casas**. O perigo diminui (caso as pessoas foram evacuadas antes do evento) ou as águas baixaram (caso acontecer inundações), e por tanto as famílias afetadas podem voltar para suas casas com normalidade (as casas não ficaram afetadas).
- **Famílias hospedeiras**. As pessoas saem do abrigo coletivo para ficar mais comodamente em casas de familiares, vizinhos ou amigos. Note-se que a CVM desenvolveu contemporaneamente a este relatório, um estudo profundo sobre a situação das “famílias hospedeiras” no país.
- **Reconstrução**. As pessoas conseguem reconstruir as suas casas e por tanto decidem regressar para as suas comunidades.
- **Reassentamento**. O governo de Moçambique tem a política de oferecer as populações afetadas talhões em áreas mais seguras. Mas o reassentamento deveria ser a ultima opção, e sempre tendo em conta as sensibilidades das pessoas afetadas. Por exemplo em Nicoadala (2013), muitas das pessoas abrigadas informaram as ONGs humanitárias que estavam a dar apoio que Não queriam ser reassentadas, o que foi transmitido no COE e procuradas soluções alternativas mais sustentáveis.



**Boa prática: Pessoas vulneráveis não acompanhadas são levadas para casas de familiares**

O Ministério da Mulher e Ação Social junto com os seus parceiros identificam nos centros de acomodação as pessoas idosas não acompanhadas e ajudam-lhes a contactar com familiares para serem hospedadas nas casas deles.



*Centro de Acomodação em Xai-Xai, Abril 2011.*

#### 4.2. Reparação da infraestrutura

As instalações de emergência construídas durante o uso da infraestrutura como abrigo, são geralmente destruídas ou desinstaladas.

Por exemplo, um técnico duma ONG que foi entrevistado pelos consultores comentou que foi difícil retirar os tanques de água (propriedade do governo) instalados no centro de acomodação, porque nenhuma instituição do governo se responsabilizou de aquele material após a emergência.



*Tenda-escola em ruínas (distrito de Buzi), que ficou sem ser destruída após a emergência e ficou um perigo para as crianças.*

Respeito as construções definitivas: geralmente, devido ao uso intensivo do edifício e instalações do centro de acomodação, pode acontecer que algumas partes da infraestrutura ficam danificadas.

Por exemplo, em entrevistas com diretores de escolas, vários deles disseram que as paredes das salas ficaram muito sujas e rajadas, e que até algumas portas e janelas ficaram quebradas. As instalações de saneamento também podem ficar danificadas em quanto que os fossos podem ficar cheios de fezes, e por tanto precisam de serem esvaziados.

Também, o ambiente dos arredores da infraestrutura pode ter ficado contaminado devido ao aumento do lixo ou mesmo por causa do fecalismo a céu aberto, e por tanto vai precisar duma limpeza profunda.

## 5. CONCLUSÕES

### **Boa prática: Reparação das instalações de saneamento**

Após o encerramento dos centros de acomodação, a ONG local Kukumbi em parceria com o INGC e Oxfam fizeram a reparação das latrinas nas escolas utilizadas como abrigo em Nicoadala durante as inundações de 2013.



### Contexto do país

- Os **desastres naturais em Moçambique continuam a ser um obstáculo** chave para o desenvolvimento sustentável e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): aumento da insegurança alimentar, surtos de doenças e danos nas infraestruturas resultam no deslocamento de grande número de pessoas e de expor-lhes ao risco de pobreza, doenças transmitidas pela água e desnutrição que transforma as crianças, doentes crónicos e idosos ainda mais vulneráveis do que eram antes de uma emergência.

### Conclusões gerais sobre os abrigos coletivos

- Embora Moçambique já está fazendo uso da solução de abrigos coletivos, ainda existe muito **potencial para aumentar o número de infraestruturas e qualidade** dos serviços prestados, especialmente em áreas urbanas.
- No contexto de Moçambique, uma estratégia viável para atender às necessidades de abrigo de emergência de todas as pessoas afetadas, seria **combinar diferentes soluções de abrigo**, tais como centros de acomodação, famílias Hospedeiras, tendas e lonas, reparação rápida de casas...
- A planificação das rotas de evacuação e melhoria das infraestruturas identificadas para abrigo faz a diferença não só em momentos de emergência mas também em tempos de calma porque também servem como rotas de transporte e como infraestruturas para serviços básicos (escolas, centros de saúde, comunitárias...) respetivamente. Estas questões poderiam ser **integradas nos planos de desenvolvimento local**, uma vez que representam um investimento duplo nas infraestruturas de serviços básicos (tanto para tempos de calma como para emergências).

### Conclusões específicas sobre Preparação dos abrigos

- O desenho participativo de **rotas de evacuação** por parte das comunidades expostas a eventos perigosos e as autoridades locais, juntamente com **sistemas de aviso prévio**, permitem a evacuação efetiva e atempada da população afetada.
- A identificação e reabilitação de infraestruturas seguras para abrigo coletivo perto das comunidades localizadas em áreas de risco vai aumentar a **resiliência** das comunidades que vivem nessas áreas.
- Os abrigos coletivos são uma das possíveis **soluções de abrigo de emergência** que podem ser oferecidas à população afetada na primeira fase duma resposta de emergência e, portanto, essas alternativas deveriam ser incluídas nos **planos de contingência** da comunidade local, distrital e provincial.
- Mas, não é suficiente ter disponível infraestruturas para abrigo coletivo, é também necessário ter **capacidades básicas de gestão** das mesmas. Durante as várias entrevistas denotamos a demanda de um manual que explique como manejá-los .
- Também é necessário ter pré-posicionados equipamentos de emergência para apoiar o aumento de população e portanto de serviços a serem fornecidos na infraestrutura, especialmente em teto, água e saneamento e distribuição de bens não alimentares para as famílias deslocadas .

## Conclusões específicas sobre Utilização dos abrigos

- As **prioridades da população afetada** para decidir aonde deslocar-se em caso de um evento natural são as seguintes, em ordem de prioridade:
  1. Áreas seguras (não inundáveis) perto dos seus locais de origem .
  2. Espaço físico seguro para os mais vulneráveis (crianças e idosos).
  3. Proximidade de pontos de água potável.
  4. Assistência humanitária (distribuição de bens) .
  5. Espaço coberto para todos os afetados.
- **População residente nos CA:** nos CA normalmente acostumam a ficar as mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência; os homens fortes e saudáveis voltam para seus locais de origem para cuidar dos seus bens e meios de subsistência. Por tanto nos CA frequentemente ficam concentrados grupos populacionais com necessidades específicas e vulnerabilidades crescentes.
- **Capacidade** das infraestruturas disponíveis para abrigar pessoas (nos distritos do estudo): os edifícios existentes nas áreas rurais são geralmente pequenos. Durante as últimas inundações, nem todas as pessoas deslocadas tinham espaço coberto para dormir, e aquelas que sim conseguiram teto, dormiam muito apertadas (“toda a família dentro numa rede mosquiteira”), por tanto não foi possível chegar até os parâmetros mínimos de resposta humanitária estabelecidos pelo Projeto Esfera (3,5 m<sup>2</sup>) e nem mesmo até os parâmetros mínimos para um centro de evacuação (1,5 m<sup>2</sup>). Em áreas urbanas, a disponibilidade de edifícios para utilização como abrigo é maior.
- O nível de **assistência às vítimas depende em grande parte do acesso** das instituições aos lugares onde as pessoas estão abrigadas (principalmente de carro e barco). Talvez é por isso que as comunidades mais remotas são geralmente aquelas pior apoiadas. Em tempos de calma, essas mesmas comunidades remotas são aquelas que têm mais dificuldade de acesso à serviços básicos devido à falta de infraestruturas de transporte e comunicação.
- A gestão **dos abrigos** é geralmente realizada pelas autoridades locais (se elas conseguem chegar até a infraestrutura porque tem condições de acesso rodoviário), deixando pouco espaço para a participação da população afetada na gestão de abrigo. Quando as instituições locais não conseguem chegar, são as lideranças locais as que assumem o papel da gestão de abrigo. Em ambos os casos, geralmente há pouca representação das mulheres nas equipas de gestão. Além disso, muitas vezes os gestores dos edifícios em tempos normais (diretores, líderes religiosos...) são excluídos, o que geralmente leva a que eles mostrem-se contra à utilização da infraestrutura como abrigo.
- Normalmente, as **informações compiladas e analisadas** sobre o uso dos abrigos é limitado, uma razão poderia ser a falta de ferramentas específicas para a monitoria e gestão de abrigos coletivos.
- Os **edifícios comumente mais utilizados** para abrigo são as escolas, o motivo é que existem infraestruturas educativas em quase todo o país, sendo as vezes o único edifício público na área. O período de maior ocorrência de cheias coincide mais o menos com o período de férias nas escolas, o que diminui os constrangimentos de utilizar este tipo de infraestruturas para abrigo.



### Conclusões específicas sobre o Encerramento dos abrigos

- Após o encerramento do abrigo, geralmente não se fazem reparar os elementos da infraestrutura que foram danificados (portas ou janelas rotas, paredes sujas, latrinas cheias...) Isso faz reduzir a qualidade dos serviços prestados pela infraestrutura em tempos normais, e poderia acontecer que em eventos sucessivos não se permita a utilização dessas infraestruturas como abrigo.
- Geralmente as pessoas afetadas por uma cheia ou um ciclone perdem os seus meios de subsistência (culturas, animais, ferramentas...) Os níveis de alerta institucionais deveriam ser desativados não apenas após encerramento do abrigo mas somente depois de ter tido resolvidos os aspetos de recuperação da população.

# ANEXOS

---

## Anexo 1

- **Abrigo coletivo:** refere-se a infraestruturas seguras previamente entre as autoridades locais e comunidades para hospedar de forma transitória à população deslocada por causa duma emergência.
- **Abrigo temporário:** é o espaço onde fornece-se temporariamente teto, alimentação, roupas e saúde as pessoas vulneráveis imediatamente antes, durante e após a ocorrência duma emergência. Este pode ser coletivo ou familiar.
- **Ameaça:** potencial ocorrência dum evento natural ou provocado pelo homem que tem consequências negativas ao impactar sobre as pessoas, bens e ambiente. O termo é usado para descrever eventos de perigo real assim como condições latentes de perigo que podem aparecer em futuros eventos.
- **Aviso prévio:** alarma ou sinal que se faz quando é iminente ou esta acontecendo um evento negativo (ameaça); devem se seguir as instruções que fazem parte do plano de contingência da comunidade.
- **Beneficiário:** pessoa que resulta favorecida por alguma coisa, por exemplo em contexto de emergência beneficiário é a pessoa que têm direito a receber uma ajuda.
- **Calamidade:** evento natural ou provocado pelo homem que causa graves impactos negativos nas pessoas, suas pertencias, ao serviço e/ou ambiente e que excede a capacidade de resposta das comunidades ou dos governos.
- **Centro de Acomodação:** abrigo temporário planificado para vários agregados familiares (pode ser acampamento ou edifício existente).
- **Centro de Evacuação:** espaço provisional de segurança física que fornece as condições básicas durante a ocorrência dum perigo.
- **Comunidade hospedeira:** é a comunidade localizada fora da área de risco que recebe e abriga a comunidade deslocada.
- **Capacidade de resiliência:** é a habilidade das pessoas, organizações e sistemas, usando os recursos e capacidades disponíveis para fazer frente e gerir as condições adversas, emergências ou calamidades. A capacidade de resiliência requer de uma preparação continua, uma boa gestão e recursos, tanto em tempos normais como durante as crises e as condições adversas. A capacidade de resiliência contribui a redução do risco de desastres.
- **Desastre:** é uma interrupção seria do funcionamento da comunidade ou da sociedade envolvendo amplamente a perda e impactos humanos, materiais, económicos ou ambientais, que ultrapassam a capacidade da comunidade afetada ou sociedade para combater usando seus próprios recursos. Os desastres são descritos com frequência como o resultado da combinação da exposição ao risco; as condições de vulnerabilidade que estão presentes, e

a capacidade ou medidas insuficientes de reduzir ou lidar com as potenciais consequências negativas. Os impactos do desastre podem incluir a perda da vida, ferimentos, doenças ou outros efeitos negativos nas pessoas física, no bem-estar social e mental, junto com danos a propriedade, destruição de bens, perda de serviços, interrupções das atividades sociais e económicas e a degradação ambiental.

- **Desenvolvimento sustentável:** desenvolvimento que cobre as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras para cobrir suas necessidades. O risco de desastres está associado com os elementos não sustentáveis do desenvolvimento como a degradação do ambiente, em quanto que contrariamente a redução do risco de desastre pode contribuir ao alcance do desenvolvimento sustentável, mediante a redução de perdas e melhoramento das práticas de desenvolvimento.
- **Exposição:** pessoas, propriedades, sistemas, ou outros elementos presentes nas zonas de risco que podem estar sujeitas a perdas potenciais. Medidas de exposição podem incluir o número de pessoas ou tipos de bens na área. Isto pode combinar-se com a vulnerabilidade específica a exposição dos elementos em um desastre particular para estimar os riscos quantitativos associados com o desastre na área de interesse.
- **Famílias hospedeiras:** refere-se a casas de familiares, vizinhos ou amigos, situadas em áreas fora do risco, onde as pessoas afetadas pela calamidade são acolhidas. Tecnicamente considera-se um tipo de abrigo temporário.
- **Gestão do Território:** o processo levado a cabo pelas autoridades públicas para identificar, avaliar e decidir dentro das diferentes opções para o uso da terra, incluindo a consideração dos objetivos a longo termo económicos, sociais e ambientais e as implicações para as diferentes comunidades e grupos de interesse, e a subsequente formulação e promulgação dos planos que descreve o permissão o aceitação dos usos. O planeamento do uso da terra é uma contribuição importante ao desenvolvimento sustentável. Envolve estudos e mapeamentos, análise dos dados económicos, ambientais e de risco; formulação de decisões alternativas para o uso da terra, e o desenho dos amplos níveis de planeamentos para escalas geográficas e administrativas diversas.
- **Kit de abrigo:** bem de socorro composto por um pacote que inclui duas lonas, corda, ferramentas e acessórios para a construção dum abrigo de emergência.
- **Mitigação:** A redução ao mínimo ou limitação dos impactos adversos dos perigos e os riscos relacionados. Os impactos adversos dos perigos com frequência não podem ser prevenidos totalmente, mas sua escala ou severidade podem ser reduzidos substancialmente mediante varias estratégias e ações. As medidas de mitigação em relação a infraestruturas e habitação, juntam técnicas de engenharia para conseguir fazer construções resistentes a desastres assim como políticas de melhora ambiental e sensibilização pública. Deve se fazer notar que nas políticas das mudanças climáticas, “mitigação” está definido de forma diferente, sendo um termo usado para a redução das emissões de gases estufa que são a fonte das mudanças climáticas.
- **Participação comunitária:** processo planeado pelo qual indivíduos e grupos pertencentes à comunidade de deslocados (incluindo estruturas locais, lideranças comunitarias, mulheres e homens, jovens e idosos...) podem identificar e expressar os seus próprios pontos de vista e necessidades, e onde a ação coletiva é feita para refletir esses pontos de vista e atender a essas necessidades nas tomadas de decisão.

- **Pessoas deslocadas:** indivíduos ou grupos que tiveram que abandonar as suas casas ou locais de residência habitual, a fim de evitar os efeitos das calamidades naturais ou criadas pelo homem, ou conflitos armados, situações de violência generalizada, violação dos direitos humanos, e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida.
- **Perigo Natural:** processo natural ou fenómeno que pode causar a perda da vida, ferimentos ou outros impactos na saúde, danos materiais, perdas de meios de vida e serviços, interrupção das atividades económicas e sociais, ou danos ambientais. Os perigos naturais podem estar caracterizados pela sua magnitude ou intensidade, a velocidade em conjunto, duração, e a área de extensão. Por exemplo, os terremotos têm curta duração e nomeadamente afetam a uma região relativamente pequena, em quanto que a seca é lenta em desenvolver e desaparecer e afeta a grandes territórios. Em alguns casos, os perigos podem acoplar-se, como nas cheias causadas pelo ciclone ou o tsunami que foi criado pelo terremoto.
- **Preparação:** conjunto de atividades e medidas tomadas previamente, para garantir uma resposta antecipada e efetiva ante o impacto dum evento perigoso. Inclui entre outras, a emissão de alertas e a deslocação temporária de pessoas e bens duma localidade ameaçada.
- **Prevenção:** conjunto de atividades e medidas tomadas para a proteção permanente ante um perigo. Expressa o conceito e a intenção de evitar completamente os potenciais impactos adversos, através de medidas tomadas com antecedência. Exemplos incluem barragens ou diques que eliminam os riscos de inundação, regulamentos de uso da terra que não permitem qualquer assentamento em zonas de alto risco, e os projetos de engenharia sísmica que garantem a sobrevivência e a função de um edifício crítico ante qualquer terremoto provável.
- **Proteção:** no contexto da Gestão de Abrigos, a proteção pode ser definida como a segurança física, jurídica e material da população deslocada.
- **Resiliência:** A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a riscos de resistir, absorver, acomodar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo, de forma atempada e eficaz, nomeadamente através da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais. A resiliência de uma comunidade no que respeita a eventos de risco potenciais é determinada pelo grau em que a comunidade tem os recursos necessários e é capaz de se organizar antes e durante os momentos de necessidade.
- **Risco de desastre:** a probabilidade de uma ameaça (ou perigo) aconteça, e as consequências negativas desta, dentro dum período de tempo específico e num território determinado. O risco depende da vulnerabilidade e capacidade de fazer face aos perigos no território.
- **Rota de evacuação:** uma via rápida e segura de transferir as pessoas da zona de perigo para um lugar seguro.
- **Sofrimento humano:** num contexto de emergência, pode-se definir como uma experiência de dor e angústia no indivíduo associada a perda de acesso a abrigo, comida, água potável, saúde, proteção e outros danos.
- **Vulnerabilidade:** características e circunstâncias de uma comunidade, de um sistema ou de bens que se tornam suscetíveis aos efeitos nocivos do perigo. Há muitos aspetos de vulnerabilidade, decorrentes de vários fatores físicos, sociais, económicos e ambientais. Os exemplos podem incluir um desenho inadequado ou fraca qualidade da construção de edifícios, proteção inadequada dos bens, falta de informação e consciencialização pública, o reconhecimento oficial limitado de riscos e medidas de preparação, e desrespeito pela boa gestão ambiental. A vulnerabilidade varia significativamente dentro de uma comunidade e ao longo do tempo

## Glossário de acrónimos

---

### Anexo 2

<b>ASH:</b>	Água, Saneamento e Higiene
<b>CLGR:</b>	Comité Local de Gestão de Riscos
<b>CENOE:</b>	Centro Nacional de Operações de Emergência
<b>CA:</b>	Centro de Acomodação
<b>COE:</b>	Centro de Operações de Emergência
<b>CRE:</b>	Cruz Vermelha Espanhola
<b>CVM:</b>	Cruz Vermelha de Moçambique
<b>DPE:</b>	Direção Provincial de Educação
<b>DPOPH:</b>	Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação
<b>DPS:</b>	Direção Provincial de Saúde
<b>ECHO:</b>	Escritório de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia
<b>FICV:</b>	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
<b>INGC:</b>	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
<b>MMAS:</b>	Ministério da Mulher e Ação Social
<b>NU:</b>	Nações Unidas
<b>OIM:</b>	Organização Internacional das Migrações
<b>OMS:</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG:</b>	Organização Não Governamental
<b>PDI:</b>	População Deslocada Internamente
<b>SDE:</b>	Serviço Distrital de Educação
<b>SDIP:</b>	Serviço Distrital de Infraestruturas e Planificação
<b>SDSMAS:</b>	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Ação Social
<b>RRD:</b>	Redução de Riscos de Desastre
<b>UN-Habitat:</b>	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
<b>UNAPROC:</b>	Unidade de Proteção Civil



## Lista de instituições e pessoas entrevistadas

### Anexo 3

Nome	Instituição	Posição	Local	Sexo
Andrew Lind	OIM	Shelter Cluster focal point	Maputo	Homem
Filipa Gouveia	UNFPA	Especialista Género em Emergências	Maputo	Mulher
Melq Gomes	Save the Children	Ex- gestor do consorcio COSACA	Maputo	Homem
Helder Nombora	Save the Children	- Chefe de programas	Quelimane	Homem
Joao Afaica		- Técnico WatSan		Homem
Jorge Fernandez	Município de Quelimane	Vereador	Quelimane	Homem
Jill Salmon	Concern	Diretora País	Quelimane	Mulher
Marcos Amaral	CECOHAS	Director Executivo	Quelimane	Homem
Pitter Mendez	Kukumbi	Técnico RRD	Quelimane	Homem
Aguinaldo	CVM	Técnico provincial	Quelimane	Homem
Milton Barbosa	INGC	- Técnico provincial	Quelimane	Homem
Ana Cristina		- Técnico provincial	Quelimane	Mulher
Fernando Ferreiro	UN-Habitat	Arquiteto	Maputo	Homem
Virgilio Hilario	Governo do Distrito	Administrador	Maganja da Costa	Homem
Paulo Luis Tomás	INGC	Ponto focal Maganja da Costa	Maganja da Costa	Homem
Otilia	CVM	Presidenta Comissão Distrital	Maganja da Costa	Mulher
Luisa Pinto	Governo do Distrito	Secretaria Permanente	Nicoadala	Mulher
José Duarte	CVM	Presidente sub-comité local Furquia	Furquia	Homem
Agostinho	Governo local	Chefe da localidade	Furquia	Homem
-	CVM	Presidente Comissao Distrital	Namacurra	Homem
Aquilino	CVM	Técnico Distrital	Maganja da Costa	Homem
Lucas Ricardo Luarda	DPE	Director Interino da Escola de Birua	Furquia	Homem
Abur Ramadam	Mezquita de Nevala	Líder religioso	Furquia	Homem
Tomas Andicene	DPE	Diretor Interino da Escola de Nevala	Furquia	Homem
Teodmira	DPE	Diretora da Escola EPC Maliguine	Namacurra	Mulher

Justina Rodriguez Armando	DPE	Diretora da Escola EPC Malea	Namacurra	Mulher
Joao Vitorino Priolino	DPE	Diretor Escola EPC Patrício	Namacurra	Homem
	DPE	Professor Escola EP1 Dogola	Nante Sede	Homem
Mario Amidinho	DPE	Diretor Escola Moneia	Nante Sede	Homem
Félix Jamal	DPE	Diretor Escola Secundaria	Nante Sede	Homem
Justino Pedro	DPE	Diretor Escola EPC Mugoloma	Nante	Homem

#### Lista de comunidades entrevistadas / visitadas

Nome da comunidade	Distrito / Localidade	Metodologia
Felimero	Namacurra / Furquia	Grupos focais de mulheres e homens por separado
Bara	Namacurra / Furquia	Grupos focais de mulheres e homens por separado Visita às áreas afetadas
Mugerege	Namacurra / Furquia	Grupos focais de mulheres e homens por separado
Birua	Namacurra / Furquia	Encontro com homens e mulheres juntos Entrevista com diretor escola Visita à infraestrutura de abrigo
Murraia	Namacurra / Furquia	Grupos focais de mulheres e homens por separado
Cutiligule	Namacurra	Entrevista a vizinho de comunidade hospedeira
Brigoda	Namacurra	Entrevista com líder da comunidade deslocada. Visita à infraestrutura de abrigo.
Mweia	Namacurra	Entrevista com presidente de escola, comunidade hospedeira
Moneia	Maganja da Costa	Entrevista com diretor escola Grupos focais de mulheres e homens por separado Entrevista com membros do CLGRC Visita às áreas afetadas
Ntabo	Maganja da Costa	Entrevista com líder comunitário, líder religioso e chefe de zona
Nomiua	Maganja da Costa	Encontro com professores de escola utilizada como abrigo
Sopa	Maganja da Costa	Encontro com membro do CLGRC
Ebona	Maganja da Costa	Encontro com professores de escola utilizada como abrigo
Mueba	Maganja da Costa	Encontro com professor de escola utilizada como abrigo

## Os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

**Humanidade.** O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nasce da preocupação de prestar auxílio sem discriminação aos feridos no campo de batalha: esforça-se, na sua capacidade internacional e nacional, de prevenir e aliviar o sofrimento humano seja lá o que pode ser encontrado. O seu propósito é de proteger a vida e a saúde e de promover o respeito pela pessoa humana. Favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

**Imparcialidade.** Não faz nenhuma discriminação quanto a nacionalidades, raças, credos religiosos, condições sociais, ou opiniões políticas, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio.

**Neutralidade.** A fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica.

**Independência.** O Movimento é independente. As Sociedades Nacionais, enquanto auxiliares dos serviços humanitários dos respectivos governos e sujeitas à lei dos respectivos países, têm de manter sempre a sua autonomia para poderem sempre actuar de acordo com os princípios do Movimento.

**Voluntariado.** É um movimento de alívio voluntário, não se movendo, de modo algum, pelo desejo de ganho.

**Unicidade.** Em cada país, pode existir apenas uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. Tem de ser aberta a todos. Tem de realizar o seu trabalho humanitário em todo o seu território.

**Universalidade.** O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em que todas as sociedades têm igual estatuto e partilham as mesmas responsabilidades e deveres de ajuda mútua, é universal.

